

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 229 • Abril de 1988 • Cz\$ 80,00



Cotidiano

**A construção
da esperança**

Revista mensal
do CEDI

Abril 88

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente

Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação

Flávio Irala

Revisão

Rosana de Lima Soares

Diagramação e

Secretaria Gráfica

Carlos Rojas N.
Marta Cerqueira Leite Guerra

Capa

Carlos Rojas N.

Fotolito

Rei-Tom Arte&Fotolito

Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não
traduzem necessariamente a
opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 80,00

Assinatura anual
Cz\$ 700,00

Assinatura de apoio
Cz\$ 1.000,00

Cartas

Tempo e Presença é tão valiosa como o alimento. Por isso, todo empenho em manter a assinatura, mesmo com alguma dificuldade. Agradeço reconhecimento a doação de 87 e solicito desculpas pelo atraso na renovação.

**Maria Cândida Pereira
Cabo Frio, RJ**

Quero ratificar a importância que a revista *Tempo e Presença* tem tido em minha vida e nas daqueles com quem tenho compartilhado seus temas, sempre fiéis à verdade e à justiça. Enquanto existir publicações como essa, não estaremos órfãos de tudo. Nós precisamos dos que, contra tudo e contra todos, não temem dizer as palavras certas para construirmos, de fato, o Reino de Deus.

**Jak Jony Faria Mota
Guaçu, ES**

Quero, em primeiro lugar, dar os meus parabéns aos companheiros que trabalham no Cedi. Expresso os meus elogios porque realmente o trabalho de vocês tem sido de muito esplendor e tem produzido frutos gratificantes. Renovo minha assinatura e conto com o apoio de vocês para ter sempre suas informações em minhas mãos. Na verdade, as informações transmitidas pelo Cedi têm, em sua essência, a intenção de tornar consciente o cidadão brasileiro.

**Joelson M. Santos
Cuiabá, MT**

A revista *Tempo e Presença* é de muita utilidade em nossa comunidade. Ela tem uma linha muito boa que nos ajuda no crescimento de nossa fé e na reflexão sobre a caminhada do povo.

Desejo que continue nesse pique e que vocês tenham sempre condições de seguir com suas publicações.

**Eunice Aparecida de Castro
Londrina, PR**

Venho por meio desta cumprimentá-los pelo ótimo trabalho que presenciei neste primeiro ano de contato com o Cedi através da revista *Tempo e Presença*. Aproveito para renovar minha assinatura, bem como apresentar duas novas, acreditando na importância desse material para a nossa caminhada de comprometimento com a justiça.

**Herbert Fontelles
Belo Horizonte, MG**

Tempo e Presença está cada vez melhor. Sempre atual, a revista nos leva, enquanto cristãos na busca de uma nova forma de ser Igreja, a um repensar e a uma reciclagem todos os meses. Parabéns!

**Izaura Márcia Venerano
Vitória, ES**

A revista *Tempo e Presença* está muito rica em conteúdo e é um bom material para o trabalho popular.

**Cecília Bernardete Franco
Lins, SP**

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60

América do Norte: US\$ 85

Europa, África e

Ásia: US\$ 100

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 650,00
Volume 5 — Javari	Cz\$ 400,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 600,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 80,00
Trabalhadores rurais 1981	Cz\$ 80,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 80,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 80,00
Fiat 1981	Cz\$ 80,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 320,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 450,00
Povos indígenas no Brasil 85/86	Cz\$ 1.000,00

CADERNOS DO CEDI

Igrejas: desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 110,00
Canavieiros em greve	Cz\$ 150,00
Educação popular: alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 150,00
6ª Assembléia do CMI	Cz\$ 200,00
Deixai vir a mim os pequeninos	Cz\$ 110,00
Unidade e prática da fé	Cz\$ 300,00
Onze de abril: o dia da audácia	Cz\$ 300,00

Índice

Cotidiano

- 4 A ESPERANÇA DO COTIDIANO
Carlos Rodrigues Brandão
- 6 O COTIDIANO E A VIOLÊNCIA
Paulo Sérgio Pinheiro
- 8 O TEMPO DO JABOTI
Eduardo Viveiros de Castro
- 11 UMA HISTÓRIA DE LUTA NO CAMPO
José Roberto Pereira Novaes
Luciano Nunes Padrão e
Valéria Resende
- 13 ABCD DO COTIDIANO
Nilde Balcão
- 16 LARGO DA CONCÓRDIA: VIA PARAÍSO
E LIBERDADE
Mauro Milchtein
- 18 UM DIA NA BAIXADA FLUMINENSE
Jorge Luiz Ferreira Domingues
- 20 TEOLOGIA DA PEQUENA LIBERTAÇÃO
Leonardo Boff

Rubem Alves

- 22 POESIA E POLÍTICA

América Latina

- 24 EQUADOR: DOIS PROJETOS EM
DISPUTA
Anastacio Gallego

Igrejas

- 26 A NOVA ENCÍCLICA DE
JOÃO PAULO 2º
José Oscar Beozzo

Bíblia hoje

- 29 A MEMÓRIA DOS MARGINALIZADOS
Paulo Roberto Garcia

Livros

- 31 SEM MEDO DO FUTURO
Marco Antônio Piva

Última página

HÉLIO PELLEGRINO

O viver de cada dia

Muito se tem escrito sobre os grandes projetos sociais. Constroem-se grandes utopias que dão sentido maior às nossas vidas. Discutem-se sistemas políticos e a sociedade com que se sonha. As ciências sociais desvelam as estruturas da sociedade e são até capazes de delinear, com certos fundamentos, os princípios básicos de uma comunidade melhor. A teologia aponta para os sinais do Reino e demonstra, com propriedade, quais são as suas marcas.

Mas esses projetos vão-se gestando na grande luta do dia-a-dia. Como encontrar no cotidiano as visões da utopia é uma questão a ser mais refletida e que exige aguda sensibilidade. Desencarnar da pobre e cansativa rotina da sobrevivência os símbolos da esperança não é tarefa fácil. Para o povo pobre do nosso país o seu universo está limitado pela preocupação de como chegar até o final do mês, da semana e mesmo do dia de amanhã. Como sobreviver, com dignidade e esperança, é o grande desafio para milhões de pessoas.

Neste número de Tempo e Presença procuramos abordar este

tema partindo não só de reflexões teóricas mais gerais, mas de relatos de situações muito concretas. As experiências dos moradores da Baixada Fluminense, do motorista de ônibus, da família e da militância operária, o testemunho de uma liderança camponesa, a fascinante festa de um povo indígena, são apenas algumas amostras do nosso cotidiano. Haveria muitas outras a serem descritas. O universo da temática é infinito. Os leitores, certamente, vão enriquecê-lo meditando sobre o seu próprio dia-a-dia, e sobre outros com os quais convive.

O cotidiano está entremeado de violência, de sofrimentos e de perplexidade, mas também de alegrias — por pequenas que sejam —, de esperanças que se acumulam, de forças que se renovam, de utopias que se revitalizam. O grande projeto de libertação passa por essas pequenas libertações, os nossos compromissos sociais não se restringem ao futuro que sonhamos, o Deus de justiça e paz não deve estar presente só no amanhã e as alegrias, o prazer e a poesia que todos têm direito devem e podem ser vividos hoje.

A esperança do cotidiano



Carlos Rodrigues Brandão

Deus é bom... amanhã. E o mundo que eu desejo nunca vem, mas eu não me canso de fazer da espera dele o sentido da vida. E da manhã à noite submeto o prazer de viver meu dia — o sol, o amor, o amigo, a vida — ao dever de construir o que não vem. Mas virá.

Eu me lembro uma vez no México, na cidade de Pátzcuaro. Era intervalo de um complicado seminário sobre educação e pesquisa participante, e nós conversávamos após o almoço na casa de holandeses recém-amigos: eles, Anton e Annemiek, Vanilda Paiva e eu. Não sei se por causa do gosto bom de batatas e frango com molho generoso na boca, ou se por causa da tequila bebida pelos homens um pouquinho além da conta, mas o fato é que, de repente, falávamos sobre Deus à volta da mesa. Claro, não importa descrever aqui a conversa. Ela foi longa, sinuosa e, às vezes, difícil. A um momento um de nós, não me lembro agora quem, concluiu: “Deus não me pesa, quem me oprime é a história”.

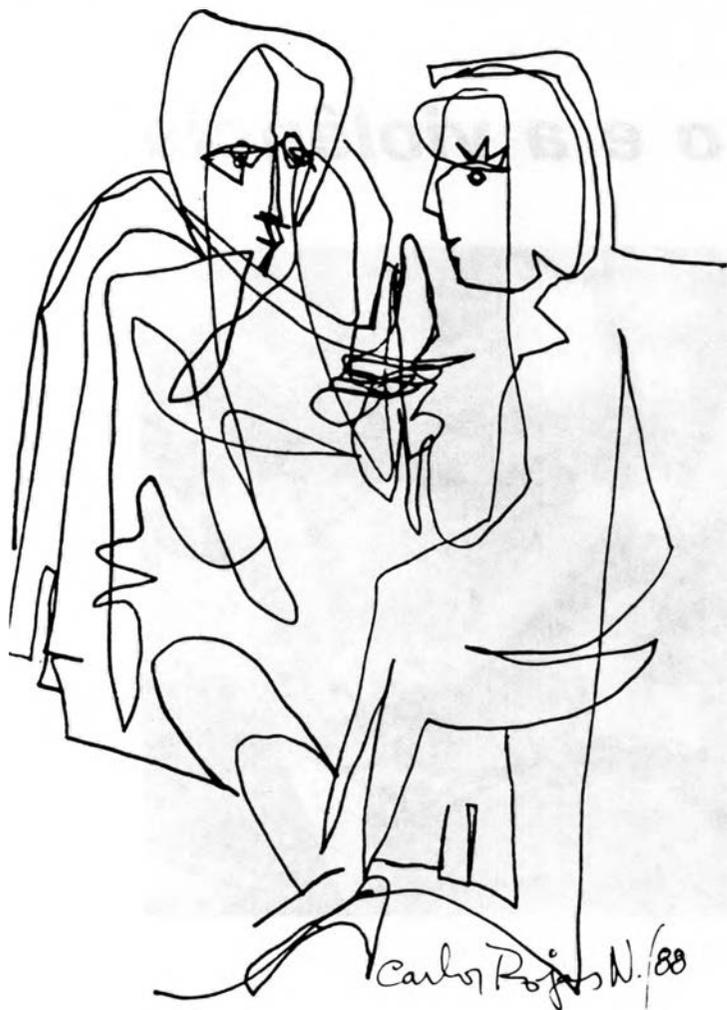
A tradução dessa frase já foi feita muitas vezes, antes e depois daquela hora morna no México, gasta em discutir assuntos

sérios e não em respeitar a “siesta”, como é preceito entre as pessoas sensatas da cidade. O deus generoso do lugar é sempre bom. Ele vela por uma geografia amorosa; regra a divisão entre a noite e o dia, o fogo e a água, a chuva e a seca. Ele fertiliza a terra e as mulheres e, mais do que tudo, ele rouba da vida o sentido da história. Deus do mito do eterno retorno, tudo o que desejam os homens de seu credo é que os dias sejam sempre iguais na sua diferença ao longo de um ano de vida das pessoas e da comunidade. E se a vida que há de vir não pode mais ser como no passado, que pelo menos não seja muito diferente de como é agora. Pois o paraíso é poder viver em paz o dia de hoje.

Mas o deus da história no coração dos homens, aquele em que nós cremos, um deus do amor e da justiça, submete o desejo do amor humano — que sempre só existe, real, na experiência do agora — a uma espécie de permanente dever de abrir mão de viver o hoje agora, por causa da obrigação de lutar sem tréguas para construí-lo... um dia. Deixar de viver o amor agora, não como intenção, como desejo projetado, como teoria... teologia, mas com o corpo como coisa boa: a vida

de hoje, a honestidade de querer ser feliz. De experimentar hoje, agora, o desejo da vida — de tudo o que ela tem de humanamente bom — realizado como prazer.

O meu contato de muitos anos com camponeses de Goiás e, depois, de Minas Gerais e de São Paulo, foi sempre uma lição de como uma vida dividida entre a privação, a luta e o trabalho, pode ser, no entanto, vivida como a procura do deleite do cotidiano. É certo que existe ali sempre um jogo perverso entre os tempos: o passado de onde se foi expulso — as pessoas do povo se sentem sempre mais excluídas de um tempo do que de um lugar — foi bom, foi melhor e não voltará nunca mais. O futuro é o lugar das poucas esperanças, porque tudo o que acontece agora aponta para um tempo pior, amanhã. Mas isto não impede a que se queira viver todo o dia de cada momento, no trabalho e fora dele. Já que há pouco a esperar da história, a energia do corpo deve ser gasta nas obrigações e nos prazeres — tão simples, tão corriqueiros — do cotidiano. E quando os tempos da história são avaliados, eles foram melhores e são piores por causa do que aconteceu com as condições reais das pessoas poderem viver cada dia: a família que



se esparrama pelo mundo, a comida menos farta na mesa, o tempo mais reduzido da festa e mais aumentado num trabalho cada vez menos próprio e cada vez mais apropriado. Os sentidos da vida são dados pelo que acontecia e não acontece mais à volta da mesa, no calor da cozinha, na tarde da varanda, no círculo de amigos. O que o mal do mundo destrói não são as grandes coisas da história, mas os sinais do afeto diário, pois eles são a matéria e o motivo do cotidiano.

Talvez seja alguma coisa mais ou menos assim o que é preciso recuperar com urgência. Os cristãos embriagados do desejo da história, às vezes esquecem o sentido do prazer da vida. Pior, algumas vezes eles consideram a busca pessoal — e tão demasiadamente humana — de uma realização prazerosa de si, agora mesmo, como uma espécie de descompromisso egoísta diante da tarefa muito necessária de se construir um mundo onde, aí sim, todos possam ser felizes... agora. Mas isto parece responder à maldade de uma ilusão coletiva que torna opaca da vida cotidiana a sua própria realidade, com uma outra ilusão, que torna tão perversas as suas condições econômicas, políticas e etc. de vida

— e isto é verdadeiro — como também o desejo de se viver agora, como experiência presente, uma vida plena agora, tornando o próprio cotidiano o lugar visível da realização da esperança.

Na novela de cada noite, o outro que eu vejo no vidro da TV não me conchama a nada, a coisa alguma, a não ser a contemplar, no que ele vive como herói ou bandido, a negação do que não me é dado viver na realidade da minha “pobre” vida cotidiana, que a própria novela e toda a indústria cultural revestem de uma mentirosa irrealidade, para que justamente eu aceite, através de iludir-me sem fim, viver o meu cotidiano sob o suporte de uma mentira que me custa o perder-me de mim mesmo, mas que me é grata, porque é dada sem esforço, desde que eu me conforme em viver a minha realidade, tornada aos poucos ela própria irreal, sem fazer perguntas e, muito menos, com gestos de revolta.

Mas, em contrapartida, a leitura que deseja ser profética sobre o sentido da minha vida como a construção de uma história que não pode ser agora e a partir de agora e que, por isso mesmo, me nega a mim como eu sou e nega a vida à minha

volta tal como ela consegue ser hoje, pode me induzir a uma espera sempre ansiosa de alguma coisa da qual, sendo eu um permanente devedor, nunca me permite viver dia-a-dia a alegria de compartilhar o meu agora, porque é preciso negá-lo sempre. Primeiro porque, sendo parte visível de um mundo evidentemente injusto, ele só pode ser a experiência do próprio mal como cotidiano. Segundo porque, já que estou contra o que acontece agora, por causa de suas razões mais históricas e mais estruturais, é preciso que eu me sinta permanentemente negando tudo o que possa como um sinal de esperança no prazer de viver “esta vida” agora, a cada dia.

Faz algum tempo, os educadores populares descobriram que uma das maiores dificuldades de conseguir “trazer as pessoas do povo à nossa causa”, é que eles haviam tornado as relações da própria educação uma coisa tão voltada a um dever, a uma obrigação de se fazer coisas sempre dirigidas ao futuro (sempre menos o da própria pessoa, sempre muito mais o da sociedade) que, sem egoísmo algum, as pessoas acabavam desconfiando da honestidade de suas próprias intenções para com elas. De algum modo elas se sentiam usadas. Claro, não era isso e nem era assim. Mas como resposta a um desejo de se aprender, a partir da educação, algo para si mesmo e para hoje mesmo, eles falavam com tanto empenho em um mundo inteiro a transformar, através dela, que a maior parte dos nossos “futuros educandos” fugia apressada.

Foi preciso aprender com o tempo. Descobriu-se aos poucos que tão importante quanto a inevitável dimensão política e histórica dada à educação popular era saber aplicar a ela um sentido de experiência imediatamente gratificante e prazerosa em si mesma, a cada dia. Que as pessoas não viessem aos grupos de estudo e aos círculos de cultura apenas para aprender para um “depois”, mas que chegassem para conviver, ali e agora, a partilha do afeto vivida como troca de sentimentos e saberes.

Pois tanto ali quanto em tudo, o sentido da esperança no que há de vir está em que ela própria transpareça no prazer e na partilha da alegria com que está sendo vivida e, por isso mesmo, construída a cada momento da única aventura real que nos é dado viver e compartilhar, a do próprio cotidiano.

Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Campinas (Unicamp). Autor de, entre outros, *A educação como cultura e O que é folclore* (Brasiliense).

O cotidiano e a violência



Jesus Carlos/Jornal

Paulo Sérgio Pinheiro

Quando se fala de violência no dia-a-dia do brasileiro o que aparece logo na cabeça é a criminalidade. Em alguns meses do ano, pelo noticiário dos jornais ou dos rádios, tem-se a impressão de que a cada minuto todos os cidadãos estão enfrentando a ameaça do crime. A imagem pode estar perto da realidade. Outros se lembram da violência no tráfego. E os horrores que representa dirigir um automóvel ou andar a pé nas grandes metrópoles brasileiras. Alguns lembrarão até da violência da polícia ou de outros funcionários do Estado contra os cidadãos honestos ou acusados de crimes. Muitos manifestarão o seu mal-estar diante do tratamento que recebem nos serviços públicos ou em todas as situações em que devem depender do atendimento de alguém, no Estado ou na empresa privada. Ninguém terá dúvidas de que o dia-a-dia no Brasil é extremamente violento e o cidadão que sai de casa de manhã deve moralmente estar preparado para uma verdadeira guerra, onde o número de mortos e feridos é escandaloso.

O que precisa ser qualificado é o fato dessa violência se abater preferencialmente sobre uns do que outros. Não se trata de

um acontecimento que diz respeito a todos os grupos sociais independentemente de seus meios ou condições. Os alvos prediletos são os 70% de miseráveis, indigentes e pobres, que tentam sobreviver com menos de dois salários mínimos. E não se está pondo em relevo essa maioria da população porque sobre ela se abate a privação dos bens sociais — moradia, escola, alimentação — aos quais somente a minoria tem acesso, aliás, por sua vez extremamente desigual. Quando falamos aqui de violência queremos nos referir àquele autoritarismo que existe na sociedade, sai governo entra governo, ditadura ou democracia.

Classes torturáveis

O crime evidentemente atinge todas as classes sociais. As classes brancas e remediadas chamam mais porque têm mais visibilidade, bens ou valores para serem atingidos, e acesso aos meios de comunicação e às autoridades para cobrarem. A terrível constatação das estatísticas é que os crimes contra as populações que moram na periferia das cidades, nas favelas e nos cor-

tiços (um contingente que em São Paulo ultrapassa os 5 milhões de habitantes) compõem também as “classes torturáveis”; aquelas para as quais as garantias dos direitos civis não valem. Os sistemas policial e judicial têm um foco preferencial pelo controle dessas classes e os crimes cometidos por elas são os que caem nas malhas da condenação. Como a única política de segurança pública posta em prática pelo Estado é a da violência explícita, jamais se sai do círculo de opressão das classes dominadas, controle pela violência, violência criminal.

É evidente que o crime tem explicações extremamente diversas e complicadas, muito além do simplismo da associação entre crime e pobreza. Feita essa ressalva, a alta criminalidade no Brasil está diretamente ligada à violência arbitrária da polícia e suas alas auxiliares, com as quais muitas vezes até o Estado se confunde: os esquadrões da morte, os justiceiros e os linchamentos (nos quais a espontaneidade é somente na aparência; quem acende a chama é sempre alguém ligado aos agentes policiais ou às classes opressoras). Sem falar da tortura que continua sendo regularmente administrada em praticamente todos os

recintos policiais. Pelo menos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, não foi outra a conclusão que chegou um relatório do *Americas Watch*, uma organização norte-americana que monitora os direitos humanos no continente, apontando que a prática da tortura nessas duas cidades é de emprego generalizado pela polícia contra suspeitos e criminosos.

Batalha no trânsito

A violência no tráfego também deve ser colocada em perspectiva. O Brasil tem 15 milhões de veículos automotores e os Estados Unidos, 150 milhões. Pois aqui onde temos, portanto, dez vezes menos veículos (automóveis, ônibus, caminhões), os acidentes no tráfego são dez vezes mais. As mortes no tráfego na cidade de São Paulo ultrapassam os homicídios. Quem morre, segundo as pesquisas? Os idosos e as crianças, que não dirigem. Caso o sistema criminal não fosse tão preconceituoso, a lei já teria definido punições mais severas e efetivas contra esses assassinatos ao volante. Acontece que as classes motorizadas em sua esmagadora maioria são brancas, e quanto aos automóveis, situados na minoria dos 30% que comem regularmente. As mortes no tráfego se sucedem sem que as vítimas sejam indenizadas ou os culpados responsabilizados, penal ou civilmente.

Além desses cenários mais evidentes — o crime, a repressão fora dos limites da lei, a batalha do trânsito — o que chama atenção no Brasil são o que poderíamos chamar de microcenos do cotidiano. Todas aquelas situações onde os cidadãos são, a cada dia, lembrados que mais forte do que o direito e as garantias legais, existe uma hierarquia não-escrita que tudo decide. Alguns mandam e outros têm sempre que obedecer. Aí vem o “sabe com quem está falando”, lembrado pelo antropólogo Roberto da Matta, e o sentimento das classes que sempre devem saber onde é o seu lugar, como apontou num lindo trabalho recente o cientista político Guillermo O'Donnell. Essas observações e a experiência do cotidiano de cada um de nós apontam para a existência de um autoritarismo, que como as condutas atribiliárias que enfrentamos sempre, não está escrito.

Direito de mando

O que faz com que alguém mande e que o outro deva saber onde é o seu lugar? Pode ser a cor (os brancos têm mais chance de mandar), a posição social, o dinheiro. Dependendo do momento e da situação. Podem ser também as “pequenas autori-

dades”, cujo mando foi dramaticamente reforçado durante os períodos de ditadura: como não havia controle democrático sobre as autoridades máximas do país, cada chefe se achava no direito de não dar satisfação a ninguém.

Agora, por que os outros se mantêm no seu lugar? A violência e a repressão de que falávamos um pouco atrás são um instrumento importante. A maioria da população vive aterrorizada pelas “instituições da violência”, como a tortura ou as execuções extralegais. Não é necessário que todos efetivamente estejam submetidos concretamente à ameaça: a vantagem do terror é a força do exemplo e do rumor.

Além dessa opressão explícita, há certamente muitos comportamentos que estão interiorizados em várias classes sociais ou grupos da sociedade, aliás como avaliação muito realista dos riscos a que estiveram historicamente submetidos. Somente através da construção de novas solidariedades — que permitam enfrentar o controle da repressão — esse “manter-se no lugar” indicado pelos governantes começa a ficar abalado. A sociedade brasileira somente foi igualitária na letra do papel. Nenhum período democrático, nem muito menos agora a presente transição, enfrentou de frente esses mecanismos de con-

Douglas Mansur



Trânsito: 50 mil mortos por ano.

trole, que submetem a maioria da população a uma hierarquia que não existe no direito.

Por que esse autoritarismo permanece intocável? Talvez a vantagem decisiva para aqueles que mandam seja sua contribuição para que as relações entre pobres e ricos continuem a ser como sempre foram.

Esforço comum

Poderíamos dizer que durante toda a história republicana, que já vai fazer 150 anos, a maioria da população esteve submetida a uma opressão paralela, velada na fala, explícita na prática. Nunca as garan-

tias liberais que encheram a boca de tantos pensadores e políticos foram realizadas concretamente na sociedade. A “Nova República” em relação a esse traço não tem a menor originalidade. Ninguém negará que a sociedade foi intensamente transformada durante a ditadura militar. Tanto ao nível do Estado como da organização da sociedade civil que resistiu ao arbítrio. Era de se esperar que dessa vez, ao contrário de 1946, num país tão mobilizado socialmente, a transição seria mais democrática do que, por exemplo, na saída do Estado Novo. Nada disso. Porque o discurso democrático no Brasil jamais incorpora o controle da violência no cotidiano da maioria da população. Como se pudéssemos aceder a democracia com a tortura sendo instrumento privilegiado da investigação policial.

Felizmente, essa ambiguidade (para não falar de esquizofrenia) do poder e das classes dominantes antigamente era mais fácil de ser preservada. Hoje com os meios de comunicação e a organização popular devassando os silêncios desse arbítrio contra a maioria da população, a tarefa do controle arbitrário se torna incrivelmente mais onerosa. E a lei, a mesma lei, o mesmo direito, de que se valem os opressores, começa a oferecer instrumentos para a limitação do arbítrio jamais utilizados.

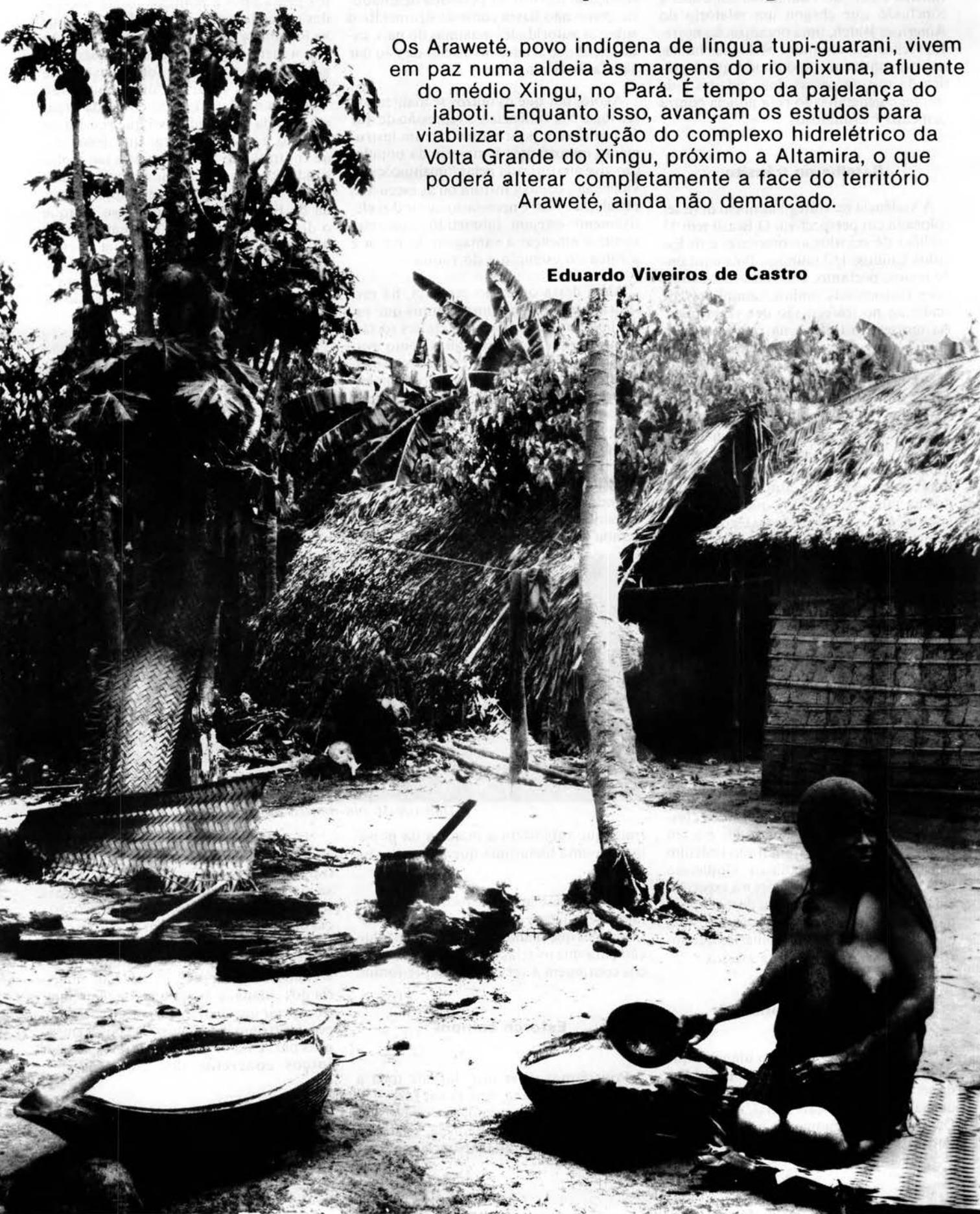
Nada garante que a situação se transforme magicamente, mas abrem-se perspectivas para que a violência no dia-a-dia possa vir a ser domada, enquanto não se alterarem as próprias condições de existência da maioria dos brasileiros. Impossível pensar um cotidiano sem violência sem que se lute, ao mesmo tempo, para varrer a violência da expolição diária da maioria dos cidadãos. Nada adianta, entretanto, esperar que da transformação social ou política (como já aprendemos) possa emergir a paz. Essa só prevalece através dos esforços concretos dos cidadãos.

Paulo Sérgio Pinheiro é membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e professor da Universidade de Campinas (Unicamp).

O tempo do jaboti

Os Araweté, povo indígena de língua tupi-guarani, vivem em paz numa aldeia às margens do rio Ipixuna, afluente do médio Xingu, no Pará. É tempo da pajelança do jaboti. Enquanto isso, avançam os estudos para viabilizar a construção do complexo hidrelétrico da Volta Grande do Xingu, próximo a Altamira, o que poderá alterar completamente a face do território Araweté, ainda não demarcado.

Eduardo Viveiros de Castro



Cinco exatos anos depois, subo novamente o barranco da aldeia do Ipixuna, para o meio dos Araweté. Vivera de qualquer forma no meio deles estes cinco anos, escrevendo sobre eles, falando deles; mas ao vivo, voltando, é como se os tivesse deixado há cinco minutos. Eu só tinha esquecido das oito horas puxando canoa sobre os lajeiros do Ipixuna, seco como sempre na véspera do inverno amazônico: galharia baixa, água preta e fria, pedral liso, pacus comendo fruta, e a gente arrastando aqueles seiscientos quilos de mogno rio acima.

Tudo igual, ou quase: Tatuawî, que estes cinco anos transformaram em jovem pai de família, logo me aponta uma cicatriz na mata ribeirinha, pouco depois de termos deixado o Xingu e entrado no Ipixuna. É o picadão aberto pelo Cnec (Consortio Nacional de Engenheiros Construtores, empresa de consultoria, com sede em São Paulo), a companhia que prepara a construção das hidrelétricas do Xingu; os prenúncios do dilúvio vão-se acumulando. Mas os Araweté não sabem direito tudo o que vem aí atrás do picadão, e ainda não perderam o sono por causa dos brancos. Mesmo porque ninguém se deu ao trabalho de lhes informar: nem a Funai, nem o Cnec acharam necessário comunicar aos donos da terra que esta terra vai para de baixo d'água — e o que não for, estará cada vez mais ameaçado de rapina.

Então a vida continua, do jeito Araweté, que não perderam nem o sono, nem a vontade de viver. Eram 136 em fevereiro de 1983, hoje são 168. Três mulheres e quatro crianças morreram neste período, mas 35 crianças novas vieram aumentar a confusão alegre que reina no Ipixuna. Para esta gente miúda, sou um *kamarã* (branco) desconhecido; mas seus pais logo as tranquilizam dizendo que sou *imî*, "antigo, de há muito tempo". De fato: vendo casada e com este monte de filhos a garotada do meu tempo, dá para me sentir antigo...

Os retornados, trinta anos depois

Mas não foram só as crianças a aumentar a tribo do Ipixuna. Em outubro de 1987, os Xikrin da aldeia Cateté, a centenas de quilômetros dali, do outro lado da Serra dos Carajás, atacaram uma pequena aldeia de índios desconhecidos, matando um homem e uma criança, capturando duas mulheres e um menino. Um médico da Funai que passava por lá reconheceu os típicos brincos Araweté, a pele branca e os olhos claros do povo do Ipixuna. Soube-se logo depois que ainda restava um velho no mato, fugido dos Xikrin. Avisados pelo rádio, os Araweté mandam emissários buscar estes parentes perdidos; uma negociação complicada termina finalmen-

te com o resgate das mulheres e do menino presos, com o encontro com o velho, e com a ida de todos para o Ipixuna.

E o mistério se esclarece: trata-se do que restava do grupo de Iwarawi, o velho de hoje, que se separara há coisa de trinta anos atrás, nas cabeceiras do Bacajá, muito tempo antes do contato com os brancos, durante um ataque Kayapó aos Araweté. Dados por mortos, ele, sua irmã e dois sobrinhos, estavam era perdidos do grosso da tribo, que fugiu no rumo opo-

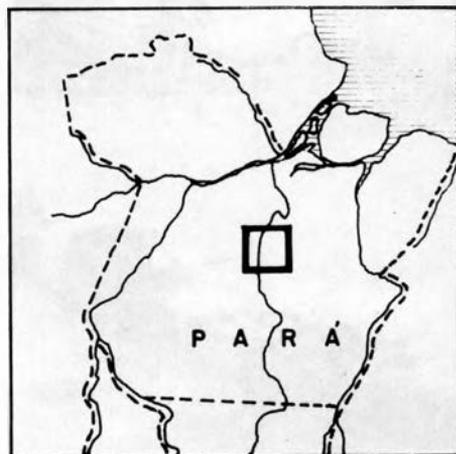
ciso mudar de aldeia, acossados como estavam pelos Xikrin e pelos brancos.

Quantos outros pequenos grupos como este ainda vagam pelas matas entre o Xingu e o Tocantins, sobreviventes perdidos dos vários povos Tupi da região, que viram suas terras invadidas pelos brancos desde o século 17, e que no século 19 tiveram de enfrentar a onda Kayapó, criada ela mesma pelo deslocamento deste último povo a partir dos campos do Araguaia, tocados pelo gado da fronteira?

Eduardo Viveiros de Castro



Mitãñakañihî e Pdîhi: há 30 anos, a separação antes do nascimento



Area Indígena araweté

Eduardo Viveiros de Castro



Família Araweté: Torotiro, Tapdorî hí e a filha Kopiré.

O tempo, depois da Funai

Fevereiro no Ipixuna, 1988, ainda é como há cinco anos. O inverno este ano atrasou, o milho demorou a crescer. Tradicionalmente, os meses de dezembro a março eram o tempo da dispersão da aldeia; ela se dividia em pequenos grupos que iam para a mata, caçar jaboti, pegar castanha, ti-

rar mel, enquanto aguardavam o milho verde, cuja colheita reuniria todos novamente na aldeia, para as festas do cauim. Mas o Posto da Funai mudou tudo; há muitos invernos que não se sai para a floresta: ora é uma epidemia de gripe, ora é um projeto de fabricação em massa de canoas, ora o atrativo dos bens do Posto — e vai-se ficando na aldeia, que as chuvas tornam morosa, alagada e um pouco entediante.

As mulheres fiam interminavelmente seu algodão, para as redes e roupas; torram o resto de milho do ano anterior, com que se faz a farinha básica da alimentação Araweté; preparam a pasta de urucum com que este povo avermelha tudo que veste, que tem e que toca: “colorido”, em Araweté, (por exemplo, uma foto a cores), se diz “vermelho”, *pd ï*. Os homens estavam envolvidos em alguns grandes projetos: havendo aprendido a fabricar canoas com os brancos (arte que perderam há muito tempo, quando tiveram de viver na mata de terra firme, longe dos rios povoados de inimigos), entregavam-se com entusiasmo a esta dura faina; ajudavam meio negligentemente o chefe do Posto a plantar cacau (projeto que a Funai, diante da rentabili-

ca se importaram muito com planejamento urbano...

Yaaci peyu

Mas o inverno é o tempo do jaboti. Gordos com a maturação de inúmeras frutas da mata, estes bichos são o assunto alimentar da estação; seu fígado é uma iguaria enaltecida (merecidamente) pelos Araweté com requintes retóricos. Não passam três dias sem que expedições masculinas à mata sejam organizadas para a cata (mais que caçados, os jabotis são “catados”) do bicho, que pode ser estocado vivo para consumo em dias de muita chuva ou preguiça. Mas a maior parte dos jabotis trazidos (há dias de duzentos jabotis) é preparada com vistas a uma festa alimentar: o *yaaci peyu*, a pajelança do jaboti.

Não só os Araweté, mas seus deuses e seus mortos são fanáticos pela carne de jaboti. Por isso, as expedições coletivas são parte do ciclo cerimonial do inverno, e as festas alimentares são banquetes onde os *Mái*, as divindades celestes, e os mortos que habitam junto aos *Mái* vêm à terra comer jaboti. Estes habitantes do “avesso do céu”, o mundo superior, são trazidos pe-

tanto ferozes, e em sua paixão pelo banquete do jaboti podem derrubar e ferir o vivente que se interponha em seu caminho até a comida. Além disto, dentre todas as divindades, uma em especial é adepta dos jabotis: *Me'e Nã* a “Coisa-Onça”, de quem é sempre prudente manter distância.

Junto com os *Mái* costumam vir almas de Araweté mortos há pouco tempo. Casadas agora como o povo do céu, pintadas, enfeitadas e perfumadas, estas almas são o intermediário entre os pajés e os *Mái*. De fato, é principalmente porque elas são casadas com os deuses, que estes não matam e devoram o pajé, quando este sobe ao céu para convidá-los à festa. Os *Mái* são canibais, e o estabelecimento de laços de aliança matrimonial com eles, através dos mortos, garante a boa relação entre viventes e divindades, e com isto o contato entre as duas metades do cosmos separadas na origem dos tempos: agastados com os humanos, os *Mái* ergueram o firmamento, levando com eles a ciência da eterna juventude e da vida sem trabalho. Agora, eles só vêm à terra para prelibar o esforço produtivo dos viventes: jaboti, peixe, mel, cauim de milho. E a fusão definitiva com os *Mái* só tem lugar após a morte. Enquanto isto, as cerimônias mantêm viva a aliança entre “os que se foram” (os deuses) e os “abandonados” (os humanos).

Durante duas horas os *Mái* comem, assistidos de longe pelos humanos, que escutam com enorme interesse as notícias do céu narradas pelo pajé, que fuma e toca seu chocalho junto às panelas de jaboti. No meio da manhã, os deuses se vão: começa então a festa humana. Todos vão para suas casas se pintar e enfeitar, urucum, plumagem de gavião, brincos de tucano. Cada família leva de volta a seu pátio a panela que pusera na fileira oferecida aos *Mái*, esquenta o caldo de jaboti que ela traz, e então o marido grita, convidando os demais a comer de seu jaboti.

E tem início a ronda gastronômica de casa em casa, cada um comendo sucessivamente os jabotis vizinhos, parentes, amigos, até chegar sua vez de convocá-los para o jaboti que preparou. Lá pelas quatro da tarde acaba o banquete — e vamos dormir, que ninguém é de ferro. Só eu e três rapazes, que não havíamos comido tanto, saímos a pescar, nesta tarde de 12 de fevereiro de 1988: fazia sol, não havia mosquito demais, e os pacus estavam fervilhando debaixo de um pé de fruta debruçado sobre a cachoeira logo ali, rio acima.

Eduardo Viveiros de Castro é antropólogo, professor do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional/RJ. É autor de *Araweté: os deuses canibais* (Jorge Zahar Editor/ANPOC), escrito com base nas observações que fez convivendo onze meses com os Araweté entre 1981 e 1983.



Kãñpayeru: “benzendo” (peya) a carne de jaboti.

dade deste cultivo na região de Altamira, vem tentando implantar nas aldeias do médio Xingu); reformavam suas casas, que hoje são todas de taipa como a dos brancos do Xingu, construindo-as maiores: como a aldeia não tem mais nenhum espaço, e como por alguma razão os Araweté preferem expandir-se para dentro, é preciso construir as novas casas por cima das antigas, que depois são derrubadas. A aldeia era um canteiro de obras úmido e atravancado de cipós, esteios e montes de barro; de qualquer forma, os Araweté nun-

dos pajés, que cantam a madrugada inteira narrando o que dizem e fazem os *Mái* enquanto se preparam para descer à festa.

De manhãzinha, diante de uma fileira de panelas onde toda a aldeia cozinhou os jabotis trazidos na tarde anterior, o pajé dança trazendo seus convidados celestes. Os deuses e mortos comem primeiro; na verdade, ninguém se aproxima das panelas durante a cerimônia, exceto o pajé e sua esposa, que funciona como sua auxiliar: é que os *Mái* são seres esplêndidos mas um

Uma história de luta no campo

Maria Querubina tem se destacado, nos últimos anos, na mobilização política dos trabalhadores rurais no estado do Maranhão. Atualmente, integra a diretoria do sindicato de Imperatriz, é secretária da CUT Rural/MA e militante do Partido dos Trabalhadores e de grupos de mulheres na sua região. Em depoimento concedido a José Roberto Pereira Novaes, Luciano Nunes Padrão e Valéria Resende, ela fala de sua vida e da tentativa de conciliar as tarefas do cotidiano familiar com a militância política.

Meu nome é Maria Querubina. Nasci no município de Santo Antônio dos Lopes, no Maranhão. Sou filha de lavrador. Durante toda minha infância, tive um duro trabalho no roçado com meus pais e irmãos. Senti muita vontade de estudar, mas com a necessidade de trabalhar na roça com a família para tirar o sustento, fica difícil para os filhos dos camponeses se destacarem no estudo, aprender.

A terra ocupada pela minha família não tinha dono. Naquela época não se pagava renda e as famílias se deslocavam à procura do chão mais fértil. A vida era difícil, os comerciantes exploravam, mas o sustento da família estava garantido, pois havia terra que se podia ocupar e plantar. E aí, entre o trabalho nas roças e a diversão no município, eu me casei. Tinha dezessete anos. Eu me casei com um lavrador também. A terra livre para plantar garantia o sustento, mesmo estando submetidos à exploração dos compradores de arroz.

O casamento: construção de um novo papel social

Eu me casei em 1963. Um ano depois, tive a primeira filha. Entre todos foram doze filhos, mas só criei quatro. Todas as quatro mulheres. Os sete meninos homens morreram todos. Incrível. Morreu menino

Carlos Carvalho



Duplo desafio: a opressão do latifúndio e o machismo.

com até dois anos de idade. Adoecia e morria.

Amava meu marido, mas a gente não viveu muito bem porque ele era bebedor, jogador, mulherengo. Na roça nada dava certo. Ele botava roça, não dava nada. E a gente levava aquela vida mesmo assim, um pouco violentada. A pressão sobre os camponeses era muito forte. Foi no tempo em que Sarney foi governador, começou aquela misturada nas terras lá. Até aí a gente não tinha visto ainda o negócio de venda de terra. Foi um absurdo. Começou

logo a distribuir todas as terras, vendendo-as para latifundiários da Bahia, de São Paulo. E isso foi uma mortandade de lavradores naquele município que era um absurdo. Morreu muito trabalhador em cima de paiol de arroz. Morreu muito trabalhador batendo arroz.

Foi aí que começou o negócio de paga de renda. O trabalhador não tinha costume de fazer aquilo. Toda vida tinha discussão naquilo. Com a paga de renda, a exploração do comerciante e a violência grande, a agricultura da roça fracassou. A

gente sofreu tudo isso; a gente com bastante medo e meu marido se desgostou, teve que deixar a agricultura.

Ele aprendeu, então, a arte da alvenaria, levantava casa. E com isso, começou a ficar afastado de casa. Depois foi que ele descobriu um tal de garimpo. A família se desorganizou. E daí pra cá foi que ele abandonou a casa e a família. Fui atrás dele no garimpo e o encontrei casado com outra mulher. Agora as meninas estão querendo ir pra lá para morar com o pai. Vendendo aquelas coisas assim eu comecei a participar. Foi o tempo que surgiu a comunidade de base. E daí, comecei a participar também das reuniões no sindicato. Nessa época, eu já tinha mudado para o município de Imperatriz.

A luta sindical: abertura de novos caminhos

Dentro disso tudo foi que comecei a entender a necessidade da organização. E aí eu comecei a ir guardando... eu comecei vendo que o mundo não era só aquele que eu vivia. Tinha um outro mundo ali na minha frente. Era diferente.

Essa nova forma de ver o mundo e de participação na luta começou a refletir em casa, desde a época em que eu estava casada. O marido não entendia minha nova forma de pensar. Começou mais briga entre eu e ele, porque comecei a descobrir outras coisas e ele não concordava com a minha posição.

As filhas também começaram a se revoltar contra mim quando viram as brigas com o pai. E daí as coisas foram se agravando aos pouquinhos, pois a mulher trabalhadora rural, por não ter uma profissão além da cozinha, ela fica subordinada ao marido. Tudo isso fez com que eu começasse a pensar, a levar a bandeira pra frente.

E sempre tentando participar das reuniões do sindicato, levantando discussão. Eu não era associada e ele também não. Naquele tempo, a mulher não tinha direito de se associar ao sindicato. Só se ela fosse viúva ou solteira, para poder se aposentar. Eu então, interessada em ter os direitos de participar das reuniões do sindicato, comecei a discutir mais com ele, que achava bom que ele se associasse. Até que ele resolveu, prá fazer meu gosto. Aí foi que me engajei mesmo na luta e na oposição sindical, pressionando a diretoria do sindicato. E aí já foi ficando ainda mais difícil minha relação com ele e com as filhas. Então, ele resolveu não ser mais sócio do sindicato para impedir minha participação como mulher, mas a luta já estava avançada e com a pressão da Associação de Mulheres pudemos questionar a diretoria do sindicato. E daí, depois que eu e mais quatro companheiras lá da comunidade nos associamos, foi que o espaço cresceu mais. A luta para que a mulher pudesse se filiar ao sindicato e ser reconhecida como trabalhadora foi dura, mas conseguimos avançar neste campo também. Posteriormente, conquistamos o sindicato.

A mulher: no centro da luta

Para realizar todo esse trabalho, eu passo, às vezes, quinze dias sem ir em casa. Até vinte dias, já passei. Casa eu não tenho. Eu moro numa delegacia sindical de lá do meu povoado. Às vezes dá sorte de eu ficar uma semana em casa; eu costuro e as vizinhas aparecem com uma roupa para eu fazer. Nem com isso dá para enfrentar a despesa da casa.

As companheiras da comunidade ajudam materialmente as crianças. Mas, ao mesmo tempo exercem uma forte pressão sobre mim. Dizem que eu estou deixando minhas filhas abandonadas. Percebo que

a outra pressão que elas fazem está relacionada com o ciúme. A gente quando reivindica, discute e se destaca — porque os homens é que estão mais destacados — a gente percebe que as companheiras estão traçando um ciúme, tanto com o marido, como com os amigos.

Os homens também fazem suas pressões. Eles não concordam quando tentamos organizar as mulheres para a luta. Eles já se questionaram porque a gente faz reuniões só com mulheres, e dizem que isso não é necessário. Dessa forma, temos que vencer a ciúme das companheiras que ficam no pé do fogão e também a ciúme dos companheiros machistas.

A Igreja também acha que a mulher deve se engajar mesmo na luta, mas só que a tradição da Igreja é muito forte e o medo de abalar a organização da família não permite que ela jogue mais claramente isso para a sociedade.

Essas questões para serem resolvidas dependem mesmo das mulheres se interessarem e começarem a descobrir que a luta é importante. Porque esse serviço de casa ela vai tratar com o companheiro dela e de qualquer maneira ele tem que ajudar a assumir isso aí. E quando as mulheres descobrirem que nós temos que cuidar dos filhos dessa sociedade inteira, não só dos meus e dos seus, quando a gente engrossar essa fileira, a gente poderá trabalhar e, dessa forma, melhorar as condições financeiras da família e resolver este problema lutando por creches para as crianças e outras coisas mais. Não sei se estou pensando muito alto, mas eu tenho esta visão...

José Roberto Pereira Novaes e Luciano Nunes Padro são assessores do Programa "Movimento Camponês e Igreja" do CEDI. **Valéria Resende** é assessora do Serviço de Educação Popular (Sedup), de Campina Grande, Paraíba.

Compromisso com a transformação social



Maria Querubina conheceu a exploração no seio da família; na relação dos comerciantes com o pai camponês. Compreendeu, posteriormente, que o fracasso do marido, impossibilitado de continuar na terra, era consequência da exploração dos comerciantes

tes e da especulação com a terra (grilagem) intensificada a partir de 1965, época em que José Sarney era governador do Maranhão. Expulsa da terra foi para Imperatriz, onde militou nas comunidades de base da Igreja e pode refletir melhor sobre a exploração e a luta dos camponeses.

Com muita convicção mergulhou no movimento sindical, organizando as oposições sindicais e sentiu na pele as ameaças e a violência patronal quando se construiu a organização política de sua classe.

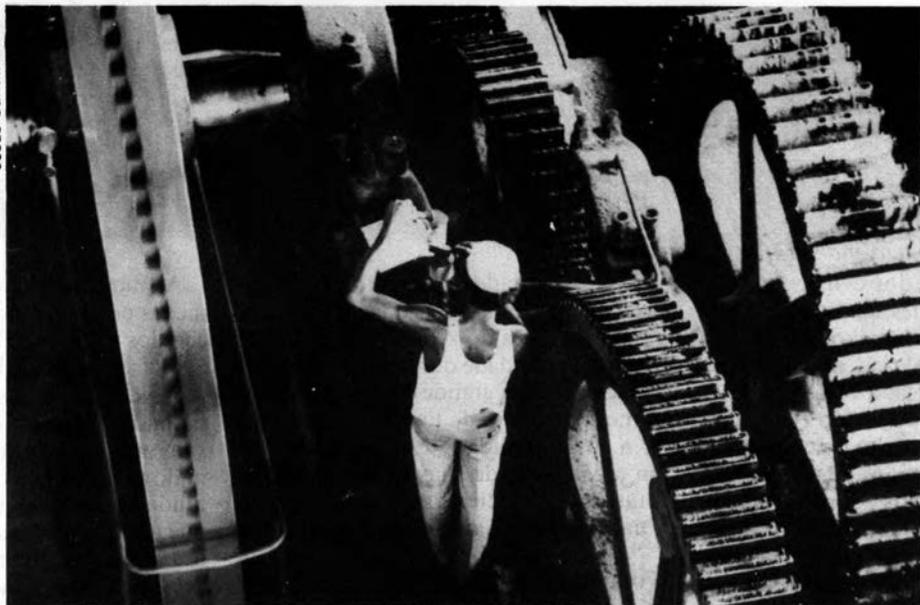
Neste processo entendeu que a luta pela transformação social não era só dos cam-

poneses, mas de todos os trabalhadores, de toda a sociedade. Percebeu a necessidade da articulação da sua luta específica na região com a de outros trabalhadores no estado e destes com os trabalhadores de todo o Brasil.

Neste sentido assume a militância na Central Única dos Trabalhadores (CUT) para fortalecimento do trabalho sindical, e no Partido dos Trabalhadores, acreditando ser este "o caminho para se chegar ao poder e fazer as leis que venham proteger os trabalhadores, que ainda hoje continuam sob os pés dos patrões".

ABCD do cotidiano

Jesus Carlos/Joornal



Nilde Balcão

A organização dos grandes centros urbanos e das fábricas impõe às pessoas condições tais, que geram medo, o isolamento social, a competição, a violência. Porém, conforme vão se integrando nas lutas por melhores condições de vida e trabalho, torna-se possível elaborar uma outra percepção da realidade envolvendo-se numa prática comunitária que transforma as relações sociais.

Na região do grande ABC paulista, os metalúrgicos, em particular, a partir das greves no final dos anos 70, pelo seu exemplo de luta, de organização e politização tornam-se uma referência para a classe trabalhadora brasileira.

O sindicato de São Bernardo e Diadema e o de Santo André tornam-se impor-

tantes agentes políticos no cenário nacional, por sua atuação combativa, classista, autônoma e de massa. É dessas entidades que surgem grandes lideranças como Lula, Jair Meneguelli, Vicentinho, entre outras. O dia-a-dia dessa categoria não é muito diferente das outras, embora tenha suas próprias características.

A região é formada por uma grande concentração operária que se deve à implantação das montadoras automobilísticas, como a Volkswagen, Mercedes Benz e a Ford, que juntas empregam cerca de 55 mil trabalhadores. Eles, como em qualquer outra categoria, diferenciam-se entre especializados e não-especializados. Considerando-se a grande diferença entre seus salários, em média, os metalúrgicos recebem Cz\$ 31 mil (dados do Dieese, sub-

seção de São Bernardo do Campo).

Esses trabalhadores, ou habitam em bairros que têm a infraestrutura mínima necessária como asfalto, luz, água, esgoto, morando em casas próprias construídas ou reformadas aos poucos, ou estão nos bairros mais pobres nas periferias. Bairros esses que ainda carecem de muitas condições para serem considerados minimamente satisfatórios. Tem ainda aqueles que, ou ganham muito pouco, ou estão desempregados, sem nenhuma qualificação profissional, morando nas favelas, que são muitas em todo o ABCD. A crise econômica tem chegado com violência à região. Além do arrocho salarial, comum a toda a classe trabalhadora, eles sofrem agudamente os efeitos da recessão com o desemprego.



Josefa: "A gente tem mais é que entrar na luta"

Como grande parte dos demais operários nas grandes cidades, quase todo seu tempo é tomado pelo trabalho. É o longo trajeto da casa até a fábrica, as dez horas que se passa dentro dela, a volta para casa e o cansaço. O tempo vivido em família se divide entre a televisão, as conversas sobre as situações diárias, as preocupações com a sobrevivência. Nos fins-de-semana é possível, aos homens, o jogo de futebol nos diversos campos espalhados pela cidade, a sinuca, o baralho e as conversas no bar ou a televisão em casa. Os que possuem carro ainda têm a possibilidade de acesso a algum lazer diferenciado. Mas em geral as opções são muito restritas.

A situação da mulher trabalhadora é ainda mais difícil, porque, além do trabalho fora, ela continua realizando todas as tarefas domésticas. Seu tempo de folga fica quase todo reduzido à televisão ou às conversas com as vizinhas, sem descuidar em momento algum dos filhos.

Em sua grande maioria, os trabalhadores têm o mesmo sonho. Conseguir trabalhar, estudar e melhorar de vida. Porque não é boa a vida do trabalhador. Ele não tem tempo nem dinheiro para curtir todas as opções que a vida urbana moderna ao mesmo tempo lhe oferece e lhe nega. É como se tudo fosse possível, comprar todas as facilidades e felicidades que a moderna tecnologia possibilita e, ao mesmo tempo, conviver com a miséria. Mas é dessa rotina que nascem as reivindicações que mobilizam as lutas operárias: melhores salários, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, férias em dobro.

É a capacidade de organização e mobilização para essas lutas que diferenciam os trabalhadores do ABCD de outras categorias. Capacidade que vem de vários fatores, como a sua grande concentração numa mesma região, de um lado, e por outro, a disponibilidade e o compromisso com a categoria de suas entidades representativas, os sindicatos de São Bernardo e Diadema e de Santo André.

Foram as lutas organizadas e dirigidas por esses sindicatos que mobilizaram toda a região e penetraram no cotidiano dessa e de outras categorias, criando novas perspectivas nas suas cidades. As greves, as passeatas, as manifestações públicas não são mais novidade para seus habitantes. O discurso político e reivindicatório também está presente nos bairros, nas casas, nos bares. Seja através da imprensa sindical ou da simples presença dessa massa nas ruas, ou ainda através dos movimentos populares, que se organizam para reivindicar melhores condições de vida, mas que também se solidarizam com o movimento sindical com seu apoio político e, em situações de greves prolongadas, também financeiro.

Foram essas lutas conjuntas que levaram parte da massa de trabalhadores a se identificar e a se definir enquanto classe. Hoje o ABCD traz a marca dessa identidade. Conseguiu junto com outros setores, criar dois significativos instrumentos políticos da classe trabalhadora, a central sindical — Central Única dos Trabalhadores — e um partido político — o Partido dos Trabalhadores.

A grande concentração operária, as condições de vida e trabalho difíceis, a atuação dos sindicatos, levaram essa categoria à luta reivindicatória e daí à luta política. A região, assim como outras onde os trabalhadores estão mais organizados em suas entidades, tem seu cotidiano impregnado pela política. Mesmo que este tenha mudado muito pouco. Pois é necessário que a luta ainda avance muito para que os trabalhadores realmente cheguem a ter acesso a tudo o que eles produzem. Mas a política dá outro sentido para seu tempo. Porque a participação nos movimentos do bairro, no sindicato, no partido, o sonho e a prática presentes nessas organizações, colocam outras tarefas com novos significados para o dia-a-dia dessas pessoas.

Nessa interação das reivindicações que partem do cotidiano até às essencialmente políticas, a política se volta para o cotidiano. O sentimento de identidade, a participação conjunta, as aspirações e os valores que seus projetos políticos detêm, acabam por se refletir concretamente na vida das pessoas. Criam-se outros laços de solidariedade, de compreensão, de novas formas de relacionamento. A transformação que atinge as fábricas, as casas, as ruas vai construindo essa identidade de classe, que se expressa em suas formas de luta e nos seus projetos políticos. Não são mais apenas trabalhadores, mas também companheiros.

Nilde Balcão é assessora do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Militância em família

A história de Vicente Paula da Silva, o Vicentinho, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, é muito semelhante à de tantos outros trabalhadores. Ele veio do Rio Grande do Norte, há doze anos atrás, junto com Josefa, sua esposa. Eles saíram de lá um dia após o casamento, trazendo apenas uma mala e os sonhos de conseguir melhorar de vida em São Paulo. Como diz Josefa: "A gente pensava que São Paulo era um céu, a gente chegava aqui e tinha tudo".

Não foi bem assim. Eles vieram primeiro para São Paulo e depois para o ABC procurar emprego nas fábricas onde ambos foram trabalhar. Depois de algum tempo, Vicentinho associou-se ao sindicato. "Eu não fiquei sócio para lutar, como muitos outros trabalhadores. Imaginei assim: 'Estou fora de casa, estamos só eu e minha mulher. Preciso participar de alguma coisa que seja como uma espécie de clube, em que se eu precisar de alguém, tenha mais gente para me ajudar'. Aí fiquei sócio do sindicato. Fiz um curso técnico aqui. Mas eu não participava das assembleias. Nas primeiras greves quando o sindicato ia na porta da fábrica, em 78, 79, eu não dava bola. Foi um colega da Mercedes que depois de muita insistência conseguiu me trazer. Eu imaginava que assembleia fosse uma coisa de paleto e gravata, com grandes discursos, essas coisas. Quando eu cheguei aqui e vi o sindicato cheio de peão exatamente igual a mim e quando eu percebi que todo mundo tinha problemas iguais aos meus, aí eu fiquei entusiasmado e comecei a participar. Aí você vai aprendendo e se desenvolvendo".

Nem todo operário se envolve tanto com o sindicato como Vicentinho. Porém aqueles que dele participam têm uma mudança em seu cotidiano. Em geral, não é uma mudança das condições de vida porque o salário continua igual, ele não deixa sua casa, sua família, seu bairro. Mas seu horizonte agora é outro, embora seu contexto ainda seja o mesmo. Essa mudança também envolve a família. Como para Josefa que tinha medo, por ele, dos assaltantes no bairro, quando ele começou a participar do sindicato. "No começo eu tinha medo, porque não tinha experiência daquilo. Quando ele começou, naquele tempo, era muita violência nas greves, tinha polícia e se falava que a polícia tinha matado trabalhador. Não que eu não aceitasse, mas eu tinha medo".

Depois o sindicato sofreu intervenção e Vicentinho não recebia mais o salário. Era difícil manter a família com três filhos. Josefa grávida do quarto filho, deu à luz com um mês de antecedência, um dia depois que a polícia foi à sua casa procurando Vicentinho, que ela própria não sabia onde estava. Depois veio o enquadramento na Lei de Segurança Nacional e o seu julgamento. Josefa ia acompanhando e compreendendo. E sua vida também mudou.

Além da casa, do cuidado com os filhos, Josefa participa do movimento no bairro. Morando em Diadema, ela fala das várias conquistas, que vão desde a prefeitura até a organização das compras comunitárias, a creche, a escola municipal, o esgoto, elementos que o bairro não tinha antes. Ainda há dificuldades, como a falta de água e as contas altíssimas da Sabesp, o asfalto que ainda não veio, a violência nas ruas, o desemprego dos jovens e a falta de op-

ção de trabalho e lazer para eles, além da necessidade sentida de maior organização e participação popular. E aponta os problemas específicos da mulher que fica em casa, porque não tem com quem deixar os filhos e arca sozinha com toda a rotina doméstica.

Esse envolvimento com o bairro é importante para ela. "A gente tem mais é que entrar na luta, porque se a gente ficar de braços cruzados esperando cair do céu, não cai. Então a gente vai junto. Hoje eu não tenho mais medo. Eu tinha medo da polícia, mas polícia é gente igual a nós. Eu pensei 'mas o que é isso, com medo de gente?' Eu sou gente também".

Assim os trabalhadores do ABCD, como Josefa e Vicentinho, que vêm de outras regiões do país, vivem o difícil cotidiano da cidade. A integração na luta por melhores condições de vida e trabalho permite superar o medo e o isolamento social, característicos da organização dos grandes centros urbanos e das fábricas.

Os dois enfrentam com ousadia e persistência a situação de miséria e exploração a que está submetida a classe trabalhadora. Enquanto Vicentinho é uma das grandes lideranças sindicais, assumindo as propostas e o projeto político elaborados no interior de sua classe, Josefa vai construindo, em sua vida diária, uma nova forma de ser mulher, mãe e companheira; uma nova forma de entender a família e as relações comunitárias. Muita gente conhece Vicentinho, poucos conhecem Josefa. Mas, ambos — e cada um a seu modo — contribuem para fazer no dia-a-dia a história da classe operária. (NB)

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Um terço das terras indígenas na Amazônia estão com o subsolo reservado a empresas de mineração.

São 560 alvarás concedidos e 1.685 requerimentos em tramitação no DNPM/MME.

Se você quiser saber os resultados da pesquisa que CEDI e CONAGE fizeram solicite a publicação *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*, 82 páginas, Cz\$ 350,00.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP

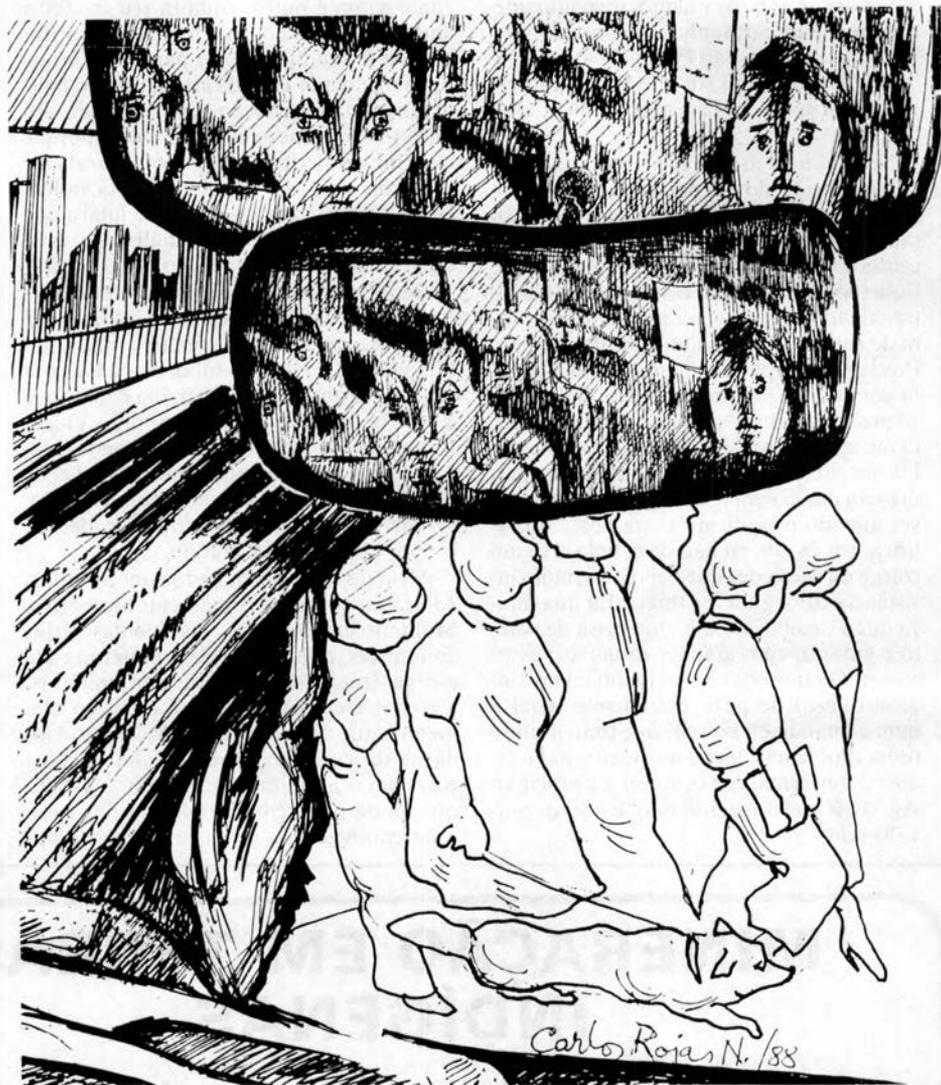


Largo da Concórdia, via Paraíso e Liberdade

Mauro Milchtein

Novembro de 1987. São Paulo, fim de tarde. Como sempre o trânsito está congestionado. O calor é cada vez mais insuportável dentro do ônibus. Não cabe mais ninguém. As pessoas espremidas, só pensam em uma coisa: chegar o quanto antes em casa. O ônibus pára em mais um ponto e aqueles meninos que acabaram de entrar falam alto, brincam, brigam entre si e, ainda por cima, seguram a porta automática. O motorista reclama e os meninos retrucam. A cena parece normal. O cobrador pede para que saiam das escadas e a resposta é ainda mais taxativa; gritam, fazem pouco caso e continuam segurando a porta aberta. O motorista grita e os rapazes gritam também. Espera-se que tudo se "ajeitará" e logo se estará em casa. O clima, porém, torna-se cada vez mais tenso. O cobrador bate com a moeda no cano mandando uma mensagem ao motorista. Este responde algo incompreensível e, finalmente, consegue fechar a porta. Neste momento, o motorista já está visivelmente transtornado e pára em frente a uma delegacia.

O clima é de muita tensão e inicia-se uma discussão geral no ônibus. Dentro dele as opiniões se dividem: uns julgam que o motorista está errado, exagerou, não era para tanto; outros (bem poucos) acham que o motorista tem razão. Ninguém pensa em julgar o grupo dos meninos, e sim



a atitude do motorista. Chegam os policiais, levam os meninos, enquanto o motorista vai prestar queixa. O delegado tenta dissuadi-lo, pois acha tudo uma amolação. A maior parte dos passageiros acha que não ocorreu nada de tão grave. O motorista precisa insistir muito para poder registrar sua queixa. Quase todos os passageiros descem em busca de outra condução, pois querem chegar logo em casa. Afinal, após um dia extenuante de trabalho, só pensam em sair dali. São poucos os que aguardam o desenrolar da situação. Talvez oito ou dez pessoas. Finalmente, o motorista deixa a delegacia por uma porta e os meninos, por outra. Tudo parece voltar ao normal, como sempre...

Atitude dos personagens

Esta cena foi presenciada por uma companheira de trabalho que tem experiência no atendimento psicoterápico de motoristas. Ela observou a situação com especial atenção, já que está habituada a ouvir histórias semelhantes. Dela poderíamos fazer mais de uma leitura, mas nos interessa aqui analisar uma atitude muito presente no dia-a-dia de todos nós. Para efeito de exposição, poderíamos pensar separadamente nas atitudes de três personagens do relato: os passageiros, o delegado e o motorista.

Os passageiros passam da indiferença para uma discussão acalorada, assim que



o ônibus pára em frente à delegacia. Ocorre que discutem como se já tivessem conhecimento total da situação; como se cada um fosse uma autoridade no assunto. Ninguém parece precisar ouvir mais nada. Os que acham que o motorista exagerou, possivelmente pensam assim baseados em experiências anteriores, quando observaram outros motoristas e concluíram que todos são iguais: são nervosos, correm muito, se irritam por qualquer motivo. Nenhum deles se preocupa em saber deste motorista em especial, o que ele estava pensando ou sentindo naquele momento. Os outros passageiros que responsabilizam os meninos pelo acontecimento, procedem do mesmo modo. É como se pensassem algo do tipo: "Estes meninos são sempre assim", "São todos marginais", "Nunca respeitam ninguém". Não precisam ouvir mais nada. Já sabem de tudo. Já viram isso antes e têm todas as conclusões prontas.

Esses passageiros acham que nada mais têm para aprender com o que estão vivenciando. Para eles, restam duas alternativas: uma, tentar convencer os demais passageiros de que estão com a razão; outra, guardar para si a razão e ir embora o mais rápido possível.

Caso encerrado

O segundo personagem é o delegado. Ele também já ouviu muitas vezes situa-

ções semelhantes e escuta as pessoas como se soubesse de antemão o que se passava. Parece que se ocupa do ocorrido, porém age como se o caso estivesse encerrado.

Finalmente enfocamos o motorista. Estamos habituados a ouvir as queixas desses profissionais sobre suas condições de trabalho. Sabemos que são normalmente precárias e adversas. Estão pressionados pelos fiscais, chefes e passageiros. Ônibus defeituosos, trânsito caótico, assaltos, completam, em poucas palavras, as dificuldades enfrentadas. Quase todos agem como os passageiros e o delegado. Porque já viram tudo isso acontecer e já têm, inclusive, muitas soluções prontas, tentam resolver as dificuldades com brigas, discussões e, até mesmo, armas.

Este motorista em particular parece perceber sua impotência ou mesmo sua incapacidade para entender o que está ocorrendo. De fato, é improvável que se possa guiar, discutir, pensar, e ouvir outras opiniões, tudo ao mesmo tempo. Sua tentativa é de criar condições mínimas para transformar essa situação caótica. Busca um recurso social, uma autoridade que interrompa este ciclo crescente de agressão e disputa. Como resposta, obtém o descaso e o desprezo dessa autoridade.

É interessante observar a especificidade desta situação, na medida em que este mo-

torista tenta uma alternativa mais estrutural, evitando as saídas meramente destrutivas, como, por exemplo, agredir diretamente os meninos, abandonar o ônibus ou mesmo provocar um acidente. Afinal de contas, quem de nós já não presenciou um ônibus em alta velocidade, fechando carros e freando bruscamente?

Certeza que empobrece

Pensamos que o que está em jogo é a questão da *onipotência*. Tanto os passageiros, como o delegado e muitos motoristas se defendem do seu desconhecimento, de sua ignorância e de sua impotência, através de um *pretensio saber*, que cria cotidianos cada vez mais monótonos e repetitivos. A partir do momento em que já "sabemos tudo" a respeito dos outros e de nós mesmos, a vida se torna cada vez mais empobrecida. Passamos a prescindir das experiências, pois estas vêm "confirmar" aquilo que acreditamos já saber.

O motorista no caso, ao parar o ônibus em frente à delegacia, busca romper o circuito da onipotência. Procura ajuda na medida em que reconhece que não é capaz de lidar com tudo o que está ocorrendo. Isso além de diferenciá-lo, torna-o muito mais potente do que os motoristas que guiam armados, que brigam e que optam por fazer a lei com as próprias mãos. Talvez naquele momento específico ele vivesse a percepção dos limites da sua condição humana. Limite de alguém que é capaz de guiar o ônibus, enfrentar o trânsito, seguir as normas da empresa, e mesmo tentar suprir as necessidades de sua família. A situação vivida no ônibus ultrapassou todos os seus limites, afinal, ele é só o motorista. Necessita de outros recursos sociais e vai em busca deles. Ainda que a resposta obtida tenha sido decepcionante, tratou de distinguir aquilo que era de sua competência daquilo que está além de suas possibilidades.

E a atitude dos meninos? Aparentemente nos omitimos em analisá-la. No entanto, essa omissão é reveladora. Reveladora de um lugar que eles ocupam na cena, do ponto de vista em que a recortamos. Afinal, as condições de explosão de dinamite estão nela própria e não no palito de fósforo.

Mauro Milchtein é psicanalista. Elaborou este texto com a equipe com quem trabalha no atendimento a motoristas e cobradores de ônibus. Participam da equipe: Celi Denise Cavallari, Cristina Tavares Pradez, Jose Marcos Thalenberg, Marcia Assumpção, Maria Conceição Silva Bragança, Maria Elvira Melo Vieira, Patricia Pazinato Bruni, Rosemeire Rinaldi, Silvia Helena Stühr Pechy, Tania Maysa Liguori, Yanina Otsuka Stasevskas, Cesar Barros e Silvio Hotinsky.

Um dia na Baixada Fluminense

“Isso é a coisa mais comum”

Jorge Luiz Ferreira Domingues

Madrugada de segunda-feira, na estação do trem. Dia em que muita gente sai da Baixada para trabalhar. Alguns ficam a semana toda no emprego. Outros vão arriscar a sorte e tentar um serviço, um biscate, alguma coisa que alivie a difícil situação em casa. Outros, ainda, vão procurar socorro médico, tentar vaga em filas de hospitais e postos médicos, pois os de lá, quando existem e funcionam, quase nunca resolvem o problema. Enfim, dia de procurar na cidade o que a Baixada não tem, mesmo com seus mais de 3 milhões de habitantes.

Descrever seu cotidiano não é tarefa das mais fáceis. É uma realidade complexa onde solidariedade e violência se misturam, onde otimismo e descrença formam um mesmo quadro. Por isso, o mesmo cotidiano ganha sentimentos diversos conforme cada um experimenta a complexidade e contrariedade deste mundo, chamado “Baixada Fluminense”.

Aqui estão três relatos de uma mesma cena, onde os detalhes ajudam a compreender um pouco o seu dia-a-dia.

Primeiro relato

“Isto é a coisa mais comum. O trem atrasou, patroa!”

Mas não era só isso. Trem atrasar acontece todo dia. Quem mora naquele fim de mundo, esquecido por Deus, e depende dele, sabe. Por isso tem que acordar de madrugada, às vezes três horas, ou mais, antes de entrar no serviço. Como se não bastasse viver ao lado de um valão com o lixo, o esgoto e até ratos quase dentro de casa. Isto quando não chove...

Douglas Mansur



A estação estava cheia, muito mais do que o normal. De repente, houve um pequeno tumulto. Uma mulher grávida passou mal. “Senti pena dela.” Algum tempo se passou até que alguém a socorresse. Afinal o trem estava finalmente chegando. Perdê-lo significava um atraso muito maior e a possibilidade de perder o dia de serviço.

“Já não é fácil enfrentar o trem apertado com aquele monte de homem se encostando na gente. Imagine carregando aquele barrigão!” E tem que carregar, porque ser mulher e estar grávida não significa ter vez na correria do dia-a-dia. É uma questão de coragem.

“Ela não era crente, estava na cara, mas mesmo assim eu orei por ela.” Ser crente não muda a situação. Entretanto, ajuda a encontrar sentido para uma vida quase sem nexos. Ter fé, como os crentes, embora muitas vezes alienante, traz consigo uma esperança de que um dia tudo vai melhorar, mesmo que seja no céu.

“A oração tem poder, patroa. Logo, logo apareceu um moço para ajudar a mulher”. O cotidiano é mágico, povoado de poderes e forças sobrenaturais. Talvez por-

que a razão não possa explicar tanto sofrimento junto, e muito menos os milagres que acontecem todo dia mostrando que a dor não tem sempre a última palavra.

“Hoje à noite eu vou dar este testemunho na reunião de oração lá na igreja. Deus ouve a oração do seu servo e vence o maligno até mesmo na vida de quem não é crente. A senhora não quer ir comigo?”

Segundo relato

“Isto é coisa mais comum”. O dia inteiro em pé, na loja, depois daquele tumulto na estação. Ainda bem que na volta não houve confusão, só o empurra-empurra de sempre.

A reunião da Associação de Moradores ainda não começou, o pessoal tem discutido muito, alguns não têm vindo mais e hoje é preciso falar do que aconteceu no trem. Ser liderança na comunidade não é fácil. É preciso explicar que se o pessoal continuar não vindo às reuniões muitas outras mulheres como aquela continuarão caindo. É mais difícil explicar isso do que gritar prá turma não quebrar o trem porque só piora a situação.

De fato, muitas mulheres têm sérios problemas com sua gravidez. Na Baixada não faltam denúncias de clínicas conhecidíssimas pelo maltrato às gestantes, sem falar nos acordos corruptos entre políticos proprietários de clínicas e o sistema público de saúde. Todos os dias as pessoas falam disso.

“Realmente o movimento precisa estar melhor organizado, há muita divisão. Se bem que quando se chega em casa já é a novela das oito, todo mundo cansado, ninguém agüenta reunião!”

Ir para o trabalho é por demais cansativo. Acordar cinco, seis horas antes. Trens e ônibus lotados, condições de trabalho as mais desumanas e injustas possíveis. Além de muitos não conseguirem emprego. “A questão do trabalho é muito séria, apesar de muitos homens viverem nas costas das mulheres. Vai ver que o marido da mulher que passou mal na estação estava em alguma barraca bebendo e jogando sinuca. Se bem que não...”

É bom aproveitar o tempo antes da reunião. “Conversar com a dona Marta lá da igreja é ótimo.” Dona Marta só agora conseguiu sua aposentadoria. Costura de manhã, tarde e noite e só pára quando tem as reuniões da comunidade ou quando o padre precisa de ajuda. É claro que precisa de tempo pra casa; afinal tem o esposo e os filhos. No mesmo terreno, mora sua filha mais velha, casada, e agora está se construindo outra casa ali para o outro filho que também vai se casar. Eles saem cedo para trabalhar e com isso é preciso olhar os netos. Todo domingo no final da tarde tem círculo bíblico, alguns jovens têm se aproximado mais.

Dona Marta passa um otimismo enorme. E que garra! Quando se fechou a via Dutra por causa da dengue ela estava na frente. E lá sempre diz: “Em breve esta situação vai acabar. O povo está se organizando, as associações de bairro estão cada vez mais fortes, cada município tem a sua federação, os pelegos estão saindo dos sindicatos. Este problema hoje da estação, aposto que todo mundo se sensibilizou, quis ajudar. Já vi muitas cenas assim. Ninguém segura mais o povo!”

Terceiro relato

“Isto é a coisa mais comum”. Aqui na fábrica todo mundo fala isso. Quem mora na Baixada, para chegar aqui leva quase duas horas. E isso não vai se resolver nunca. Uns querem o trem, outros acham que se todos pararem de trabalhar os “homens” dão um jeito. Às vezes dá vontade de quebrar mesmo, principalmente porque

João Roberto Ripper



estes políticos não têm mais jeito, só olham os seus interesses. Eu não voto mais em ninguém, chega de promessas!”

Lá no bairro, mais de cem crianças não conseguiram vaga na escola do governo. Ficam todos lá: a Associação de Moradores pega o nome das crianças e leva para a secretaria; todo mundo diz que vai resolver mas o que acontece mesmo é que é preciso retirar mais dinheiro do bolso pra pagar aquelas escolinhas que não ensinam nada mas cobram até o que você não tem. E a tendência é piorar.

Minha filha — que mora nos fundos lá de casa — não conseguiu vaga para o ca-

çula. Meu genro está desesperado; hoje na hora do tumulto do trem ele ainda estava reclamando: “O ano passado foi a dengue; o menino perdeu muitas aulas; agora, matrícula.” Eu não sei como ele ainda tem ânimo para tantas reuniões do sindicato. Eu só vou quando é para o dissídio; ir lá para ficar falando de trem atrasado e lotado e mulher passando mal eu falo na estação. Eu só não, todo mundo. Hoje só se falava nisso, mas ajudar que é bom, eu não vi ninguém.

Jorge Luiz Ferreira Domingues é pastor da Igreja Metodista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDDI.

João Roberto Ripper



Baixada Fluminense: mistura de otimismo e descrença.

A teologia da pequena libertação

Leonardo Boff

A teologia da libertação conheceu um processo de afunilamento crescente. Iniciou nos anos 60 trabalhando a divisão mais profunda das sociedades latino-americanas, entre a pobreza e a riqueza, a exploração e a acumulação. É uma injustiça que remete a uma crítica e a uma superação do sistema social que produz e reproduz continuamente esse dualismo atroz. O sujeito de semelhante transformação seriam as classes populares exploradas, articuladas entre si e portadoras de um projeto democrático de base, expressão latino-americana da utopia socialista. Mas as opressões têm muitos rostos. Tomamos consciência da opressão de tipo cultural e étnico. As culturas-testemunho da América Latina (incas, maias, quechuas, aimaras, tupi-guaranis e outras) foram violentamente submetidas e, em grande parte, destruídas. É graça de Deus que elas ainda persistam até hoje para poderem denunciar a dilaceração que padeceram e refazer as matrizes que, apesar da opressão, guardaram.

Em razão disso se está elaborando uma teologia da cultura de cunho libertador que pouco tem a ver com a teologia culturalista e populista desenvolvida em algumas partes de nosso continente. Em seguida cresceu a consciência da opressão de tipo racial, principalmente dos negros. Esta é uma das opressões mais onerosas de nossa sociedade. Os negros foram escravizados e guardam as chagas até os dias de hoje. Foram reduzidos a peças e a combustível humano na maquinaria da produção do açúcar, do fumo e do café. Na mentalidade de nossas classes dominantes perdura ainda a idéia de que o negro não é plenamente humano e que por isso pode ser tratado com violência e discriminação. Primeiramente nos Estados Unidos e hoje um pouco por todas as partes na América Latina, está surgindo uma vigorosa e profética teologia negra da libertação. Trata-se de resgatar a dignidade da raça negra, a legitimidade de sua cultura e a validade de suas religiões.

A luta por uma nova sociedade não é única nem exclusiva. Cada tipo de opressão exige uma libertação específica, sem perder de vista a opressão fundamental. A descoberta do universo da pequena libertação impõe ao teólogo uma prática de encarnação na caminhada do povo, no seu cotidiano de esperança.

Lourdes Maria Grzykowski



Demanda de libertação

Identificou-se também um outro tipo de opressão, sexual, da mulher, secularmente submetida em quase todas as culturas vigentes ao domínio do homem. Nossa cultura e nossas matrizes de percepção da realidade, também religiosa, são machistas e por isso marginalizadoras da mulher. O resultado desta reflexão e da correspondente prática de libertação é uma vigorosa teologia feminista que permite a todos — homens e mulheres — serem mais plenamente humanos. Por fim, a reflexão se debruçou sobre outras formas de opressão que demandam também sua correspondente libertação, os excepcionais, os velhos, os menores, os desempregados, os drogados, os homossexuais e os aidéticos.

Cada opressão específica demanda também uma libertação específica. Entretanto,

to, não se há de perder de vista a opressão fundamental, a sócio-econômica. As demais são sempre sobredeterminações desta opressão de base. A opressão sócio-econômica remete à luta de classes (condenada por Deus e não querida pelos cristãos, apesar de sua brutalidade factual); nela os grupos mostram seu antagonismo e seus interesses irreconciliáveis. A luta da mulher, do negro, do índio colocam em jogo grupos não-antagônicos por natureza. Seus interesses de base, em princípio, são reconciliáveis. O negro pode se reconciliar com o latino, o índio com o homem da cultura técnica, a mulher com o homem. O operário explorado em nosso sistema nunca poderá se reconciliar com o patrão explorador. Esta opressão sócio-econômica agrava as demais: os negros, os índios e as mulheres são tanto mais dominados quando são explorados e empobrecidos.

Estas várias opressões referidas a uma fundamental (mas não exclusiva, a sócio-econômica) demandam um processo de libertação que vise uma nova forma de relações de produção, de ordenamento político e de criação de valores. É o grande projeto, de cunho político e também utópico, que está presente em todas as lutas dos oprimidos. Eles são os portadores desta nova esperança, os agentes fundamentais das transformações, apoiados por aliados que assumiram sua causa, suas lutas e seu destino. Sobre esta perspectiva está trabalhando muito e de forma articulada a teologia da libertação em suas várias expressões.

Presença militante

Mas há também um derradeiro afinamento da teologia da libertação, pesadamente presente naqueles que militam no dia-a-dia com os oprimidos e os miseráveis. A teologia da libertação impõe ao teólogo uma exigência de encarnação e participação militante na caminhada do povo. Na medida em que vai penetrando no continente dos oprimidos, descobre um novo universo, uma nova cultura, uma nova esperança ou formas extremas de desesperança.

Neste nível, o teólogo vai mais e mais calando. Não a boca e a cabeça pensante são exigidas, mas o coração e as mãos. Aqui se está num nível realmente último. Para além dele é a morte. O projeto de base é a sobrevida; o garantir a comida mínima, uma vez ao dia; como e onde se esconder para passar a noite e guardar os mínimos pertences; como impedir que o filho cronicamente doente não morra; como garantir a relação rudimentar marido-mulher e pais-filhos.

Aqui não se trata do grande projeto de libertação, das estruturas econômicas, dos encaminhamentos políticos, das alianças necessárias, da articulação com as demais frentes de libertação. No nível objetivo, tudo isso é indispensável e necessário para transformar a situação de miséria. Mas a densidade da opressão e o atordoamento da luta pela sobrevivência impedem de formular ao nível subjetivo tais questões. Elas são segundas. Supõem já o prato de comida feito, a cama pronta, o transporte garantido.

Nestas circunstâncias se descobre a iniquidade da pobreza. Ela é pecado que Deus jamais poderá querer. Ela é tão perversa que destrutura as pessoas por dentro; elas ficam extremamente individualizadas (pois se trata de salvar a própria so-

brevivência biológica), invejosas, amargas e carregadas dos desejos que a dominação capitalista lhes introjeta. Blasfemam contra Deus. Corrompem-se em suas relações humanas, sexuais e econômicas. É aqui que o teólogo se põe a pensar. Se Deus existe é para esses. Se Deus não existisse, deveríamos inventá-lo para dar um sentido último a esses servos sofredores, vítimas do sistema social para reivindicar uma justiça derradeira que lhes vai refazer a vida.

Filhos amados

Se o céu não é destes que aqui na terra só conheceram o inferno, então não quero entrar no céu do Deus dos moralistas bons. Seria um Deus sem coração! Como viver eternamente com um Deus que não tem coração? Estes condenados da terra são somente condenados da terra, mas são os filhinhos e filhinhas amados de Deus. Eles atualizam permanentemente a figura do Servo Sofredor. Eles se salvam não porque possuem virtudes, mas porque participam da Paixão do Filho de Deus por sua própria paixão diuturna. Suas blasfêmias são súplicas que Deus escuta e que lhe agradam.

Talvez seja por causa deles que a salvação é permanentemente mediada a toda a humanidade. Em razão desta salvação que está neles por graça de Deus, irrompem, de vez em quando, manifestações humanas que nos restituem a fé em Deus e a esperança no Reino. Uma mulher segura sobre as pernas, como uma Pietà, o filho de quinze anos morto pela polícia; é o filho único, aquele que lhe faz a coleta para o seu necessário no lixo da cidade; está desesperada e já não chora mais porque se lhe secaram as lágrimas; mas está profundamente desolada. Eu lhe pergunto: "A senhora tem ainda fé em Deus?" E ela me olha para cima com um olhar inesquecível, cheio daquilo que deve ser o divino em sua ternura: "Como vou duvidar de Deus que é meu Pai? Em que me agarro se não me agarro em Deus e não me sinto em suas mãos?"

Deus é tão real e tão presente, que nem a desgraça mais cruel pode empanar esta fé. Marx estava equivocado. Neste nível derradeiro, a fé não é ópio, é límpida libertação, aquela luz que espanca as trevas e garante a vida sobre a morte buscada por desespero ou a morte vinda por inanição. Esta situação nos faz entender a verdade do evangelho de Jesus: "Felizes os pobres, de vocês é o Reino!" O Reino é de vocês porque Deus é Deus da vida, da ternura dos injustamente massacrados. Apesar de todas as vossas misérias sociais e morais,

é para vocês que existe o Reino no qual há vida, liberdade, abundância de tudo o que a vida precisa. Só assim o evangelho é boa-notícia. Caso contrário seria uma lição de moral como aquela dos sábios e dos piedosos. Só assim se supera radicalmente o farisaísmo das boas obras, do Deus que ama apenas os bons e não ama, como diz Lucas, "os ingratos e maus" (6,35).

Céu dos excluídos

E nos damos conta como quase todas as igrejas não aprenderam ainda esta lição e por isso, neste particular, permaneceram ainda na sinagoga. A condição para compreender esta boa-nova é mergulhar sem retorno no inferno dos oprimidos. Aí se descobre o céu do Deus de Jesus Cristo. E esse é o único céu que vale a pena, porque inclui a todos os que nós excluimos.

O teólogo ou o agente de pastoral que caminha pelos meandros da vida dos empobrecidos deve estar disposto a viver um total despojamento. Não poderá mais ter seus tempos regulados, deverá renunciar aos seus descansos costumeiros, pois os pobres não descansam nem seus problemas dependem de nossos horários. Não renunciará a pensar porque pensar é um hábito da mente e um aguilão do espírito. Mas reduzirá aos tempos possíveis sua produção literária. Sente-se chamado a viver a caridade em sua plena amplitude e menos a inteligência da fé em sua formulação teológica.

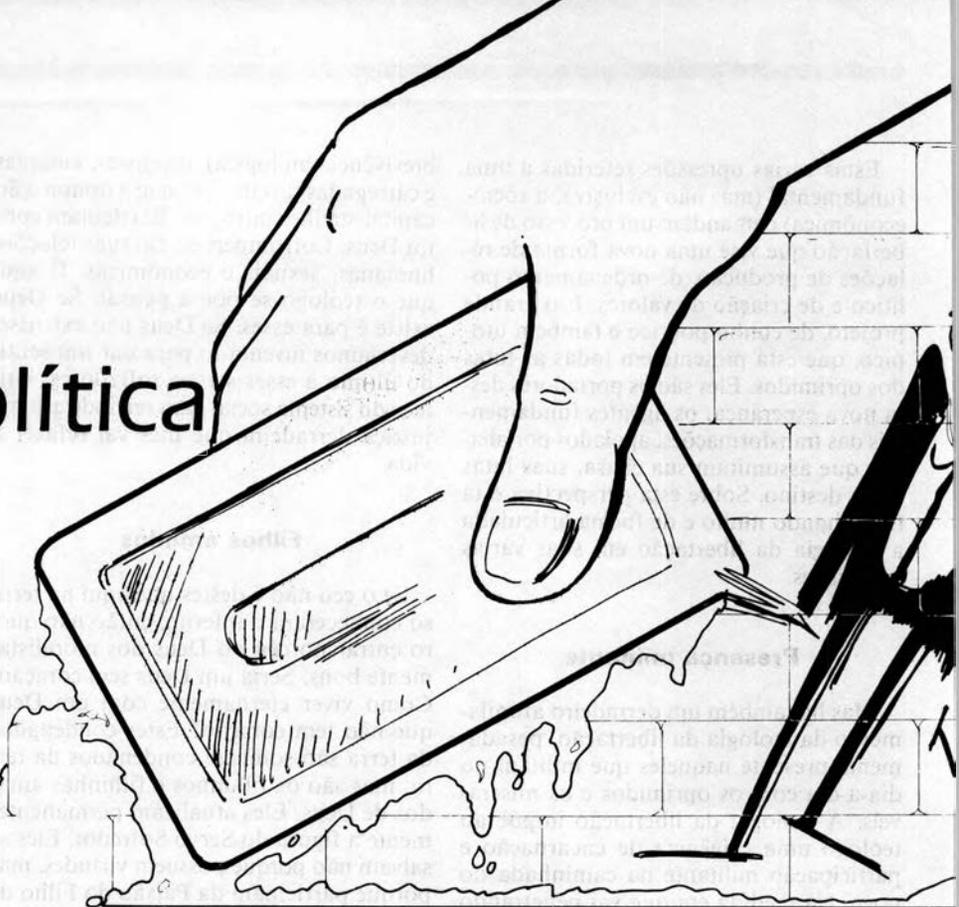
Não é sem razão que mais e mais os teólogos da libertação estão escrevendo menos. A identificação com os pobres, a assunção de suas vidas e lutas, os torna companheiros em todos os momentos cruciais. E vivem de momentos cruciais. E não raro, quando temos tempo de ordenar os pensamentos e colocá-los por escrito, estamos tão cansados e dilacerados por dentro que não temos condições psicológicas e humanas de enfrentar tal tarefa.

Talvez neste momento se chegou à plena libertação, quando nos libertamos de nós mesmos para sermos o mais sinceramente possível livres para os demais. E não se falará tanto de libertação. Mas se vive sua dinâmica junto com os oprimidos que sobrevivem e sonham (é o que lhes resta) com a plena libertação. E ela virá. Aquele que a prometeu mostrou em si mesmo a plena libertação para todos.

Leonardo Boff, franciscano, é um dos principais teólogos latino-americanos. Autor, entre outros de *A fé na periferia do mundo, Teologia do cativo e da libertação e Do lugar do pobre (Vozes)*.

Poesia e política

Rubem Alves



No poema *O operário em construção*, do Vinícius, há um maravilhoso salto mortal sobre o vazio. A peça se inicia com o tema da cegueira do operário, cantada num adágio lamentoso. Ela diz que ele era "um pássaro sem asas que subia com as casas que lhe brotavam da mão". Mas ele nada via pois "tudo desconhecia de sua grande missão"... A cena então se altera e o ritmo se acelera quando, de repente, e sem nenhuma explicação, a cegueira é vencida por inesperada visão. "De forma que, certo dia, à mesa, ao cortar o pão, o operário foi tomado de súbita emoção ao constatar assombrado que tudo naquela mesa — garrafa, prato, facão — era ele quem os fazia, ele, um humilde operário, um operário em construção." E a emoção que fica suspensa, através deste movimento, vai encontrar a sua resolução nesta incrível constatação de que foi "dentro da compreensão deste instante solitário que, tal sua construção, cresceu também o operário. Cresceu alto e profundo, em largo e no coração... Pois além do que sabia, exercer a profissão, o operário adquiriu uma nova dimensão: a dimensão da poesia". E é então que num movimento novo, cantado *allegro com brio*, o salto mortal acontece. "E um fato novo se viu que a todos admirava: o que o operário dizia outro operário escutava. E foi assim que o operário do edifício em construção, que sempre dizia sim, começou a dizer não."

O poeta descreve o nascimento da política. De maternidade inesperada: filha da poesia. Nunca li, nos tratados da ciência do poder, qualquer coisa que sugerisse tal genealogia. Foi preciso que um poeta o

dissesse. E por que não brincar com esta hipótese? Que a coragem para se dizer não brota de uma visão de beleza, daquilo que não existe, mas que bem poderia ser, o sonho... Pois não é isto que é o dizer poético? Testemunho de uma ausência, forma intelectual de uma nostalgia (Octávio Paz).

Era o início da noite. De repente um ruído estranho encheu toda a cidade — São Paulo. Na rua, sob a garoa fina, os carros buzonavam sem cessar e nos apartamentos iluminados as famílias se reuniam nas janelas numa sinfonia de colheres e janelas. Barulheira maravilhosa, noite do panelaço, pelas "diretas já". Subia da cidade um riso enorme, pura alegria (canto no meio da noite), e pensei que vivia um momento mítico, como nos tempos bíblicos, a derrubada das muralhas de Jericó pelo poder das trombetas. Continuação dos comícios, onde o rosto das pessoas era sorriso de festa, coisa estranha para um momento de dor. Mas o poder do poema era maior — e nas praças o povo celebrava a alegria da redescoberta de si mesmo, tal como a aldeia morta que voltava à vida, na estória do Gabriel Garcia Márquez. E aquilo que até então era símbolo do poder das botas passou a ser símbolo do poder do sonho: e o Hino Nacional nunca foi tão belo, ao ponto das lágrimas. Era um povo que nascia — como o operário — da poesia. Porque não eram os políticos — eram os poetas, os artistas. Em tudo uma enorme esperança: saudade de um futuro possível. Acreditava-se. E nas festas lá estava, como garantia de pureza, a presença tranqüila da Morte: Teotônio Vilela vivia seus últimos



dias. E quando se sabe que a Morte preside, sabe-se também que não há lugar para trapaças. Ela é o fim de todos os truques do poder. Com ela só resta cantar o amor. E foi o que aconteceu. E sob o seu mágico olhar os sonhos esquecidos voltaram...

Já não mais se via o seu rosto. E nem se ouvia sua voz. Tancredo agonizava. De novo a Morte. Só havia um imenso vazio, um grande silêncio, e o país que esperava. Tão diferente da política das promessas e dos discursos: nada a dizer, nada a prometer. Já nem importava quem tinha sido ou quem era Tancredo Neves, na realidade. Era ele apenas "uma Despedida, pronta a cumprir-se..." Ser mitológico, espaço vazio onde o povo colocava os seus sonhos. Nada de poder... Que tolo falaria de poder perante a Morte? E as pessoas se reconheciam, "contando coisas de amor..." Quem se atreveria a falar sobre a duração de mandatos? Quem ousaria articular re-eleição? Restava a absoluta verdade do momento: dizer a beleza dos sonhos que cresciam naquela dor...

O povo todo perante a televisão. Um rosto tranqüilo, paternal, dizia coisas calmas sobre o que se desejava fazer com o Brasil. Não importava que o sonho parecesse impossível. Também ele tinha as marcas da Morte no seu rosto. O que garantia a sua pureza. Era o Plano Cruzado, e Funaro o seu símbolo. E de novo o povo emergiu, fascinado pela pureza, descobrindo a sua própria beleza como quem pode transformar o país. Da poesia surgiu o não.

Mas hoje não há mais Mortos que nos façam a política. A garantia da sinceridade não mais existe.

A política é feita pelos vivos... E por isto ninguém mais acredita. Já não se falam coisas de amor, pois só se sabe falar sobre o poder: a divisão dos despojos. Não é esta a única temática das falas políticas?

Por isto foi-se o sonho e, com ele, a lucidez poética. E o povo que, não faz muito, sabia dizer não, agora não sabe dizer coisa alguma.

Que sonhos de povo moram em palácios?
Que rostos de eleitos nos fazem sonhar?
Onde se encontra a beleza?

Mas não será este o objetivo único da política, do poder? Que o espaço seja belo e tranqüilo, que haja jardins e crianças, que não mais haja temor nos rostos, que as pessoas tenham tempo de trabalhar e brincar?

Os povos tem uma infinita capacidade para suportar o sofrimento e aceitar sacrifícios de ordem material — desde que tenham sonhos que lhes dêem razões para viver e morrer. Uma vez destruídos os sonhos o povo desaparece, afogado no sofrimento.

Será preciso um novo momento mágico para que, à semelhança do operário em construção, e pelo poder da visão poética se aprenda de novo a dizer não.

EQUADOR

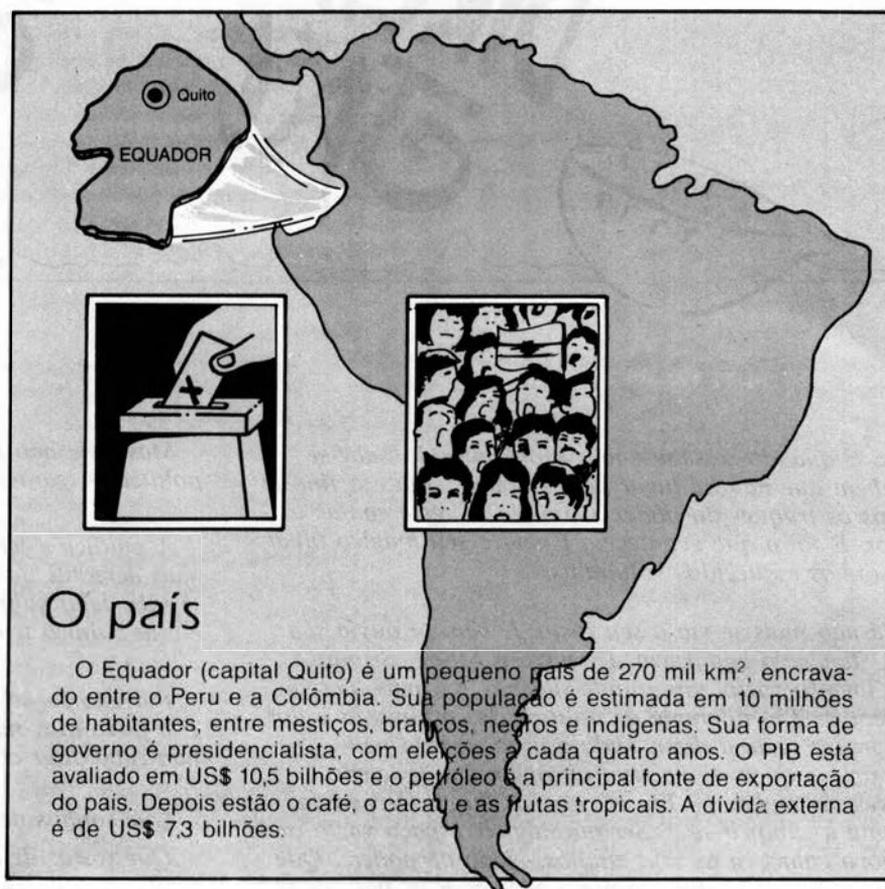
Dois projetos em disputa

Anastasio Gallego

Desde o início da exportação de petróleo, em 1972, a economia equatoriana vem mudando substancialmente. Até o início da década de 70 o país vivia basicamente da agroexportação (banana, cacau, café e madeiras). Atualmente, apesar da baixa cotação do preço do barril no mercado internacional, o petróleo cobre 67% do orçamento nacional.

Paralelamente, a dívida externa cresceu aceleradamente: 9,5 bilhões de dólares. A implantação de um modelo econômico neoliberal com uma forte variante ortodoxa exige o pagamento da dívida que engole de 37 a 40% das exportações.

O atual governo conservador de León Febres Cordero não esqueceu, porém, o grupo agroexportador, um dos mais beneficiados com a adoção de três medidas econômicas importantes: taxas variáveis de juros, câmbio livre e despenalização tributária de divisas. Dessa forma, o Estado enriquece suas divisas com o petróleo, deixando que o "mercado" fixe a cotação do dólar. Com isso, o setor privado dispõe de mais divisas que o setor público. Na equação cambial a nação paga a sua dívida e a dos empresários.



Desvantagem

A consequência política deste mercado livre coloca o Estado em desvantagem com o setor privado que controla o mercado exterior. Fecha-se assim o círculo econômico: os grandes exportadores também são banqueiros e importadores, o que gera uma concentração brutal da riqueza e o empobrecimento generalizado dos setores populares e das camadas médias.

O desenvolvimento da economia (que fechou o ano anterior com 35% de inflação, taxa nunca antes alcançada) tem se

dado em um quadro democrático *sui generis*. Isto porque o governo não tem respeitado o Congresso e suas decisões. Um exemplo foi o voto de censura dos congressistas a um ministro do governo que, além de não ser destituído como deveria, permaneceu em seu cargo, prestigiado, até dois dias antes das eleições de janeiro passado.

Essa conjuntura eleitoral, aliás, esteve fortemente marcada pelos resquícios políticos das sublevações da Força Aérea, em 1986, lideradas pelo brigadeiro Frank Var-

gas Pazzos, comandante da Aeronáutica. Naquela ocasião, ele chegou até mesmo a seqüestrar o presidente da República em uma base aérea para exigir anistia a alguns militares e a destituição de altos funcionários acusados de corrupção. Sua rebelião não prosperou, mas Frank Vargas, desde a prisão, tornou-se uma espécie de herói nacional.

Giro à esquerda?

Nesse ambiente de conturbação política foram convocadas eleições gerais para presidente, vice-presidente, deputados, prefeitos e vereadores. Participaram dezesseis partidos políticos. A Constituição equatoriana exige a filiação partidária para alguém ser candidato. Além disso, são permitidas as alianças eleitorais. Com este princípio dez candidatos presidenciais se submeteram ao crivo popular. Como nenhum deles obteve mais de 50% dos votos, acontecerá um segundo turno, em maio, entre os dois candidatos mais votados.

Os dois finalistas são Rodrigo Borja, da Esquerda Democrática, e Abdala Bucaram, do Partido Roldosista Equatoriano (seguidores do ex-presidente Jaime Roldós, morto num acidente aéreo em 1981). Borja obteve 20,4% dos votos válidos, ganhando em dezessete das vinte províncias do país. Bucaram chegou em segundo com 16,5% dos votos e venceu apenas em duas províncias.

Numa comparação programática, Borja situa-se na social-democracia (é um dos vice-presidentes da Internacional Socialista) e Bucaram poderia ser definido como um populista de centro-esquerda. O primeiro ganhou com os votos do interior e da classe média. O segundo, adotando o slogan "A força dos pobres", consolidou sua candidatura entre os setores periféricos de Guayaquil, Quito e litoral. Enquanto Borja fala de honestidade, capacidade administrativa e planos de governo, Bucaram, recém-chegado do exílio, apresenta-se como "perseguido" e aposta no confronto pobres versus ricos.

Nesse quadro, falta ainda a definição dos demais partidos políticos e de algumas forças econômicas. O mais importante agrupamento marxista e Frank Vargas, que ficou em quarto lugar na corrida presidencial, terão um peso decisivo, mas continuam cautelosos.

Dois projetos

A única certeza para o segundo turno é a disputa entre dois projetos políticos distintos. O primeiro seria o governo de um

partido estruturado nacionalmente e integrado por caciques locais e ideológicos social-democratas com propostas modernizadoras, que têm horror de ser chamados de comunistas. Esses setores não têm opção de classe, nem estão colados ao movimento operário-camponês. Tampouco possuem regras claras de tratamento com o sistema financeiro e a burguesia industrial. O segundo, muito vinculado às lutas do movimento popular, expressa de uma forma limitada as angústias e reivindicações dos setores marginalizados, que formam mais de 40% da população do país. Usando uma linguagem dura, rude, sem formalismos, e reivindicando suas experiências de prisão, torturas e exílio, Bucaram é acusado de demagogo e carece de um programa claro.

De qualquer forma, os grupos econômicos estão receosos ao não terem a fácil opção de um candidato que defenda seus interesses. Os empresários da costa não confiam em Borja, que é bem visto pela classe média e qualificado de centro-direita pelo movimento popular organizado. Já Bucaram, devido a sua informalidade e aspereza, é imprevisível: pode ser um fascista ou um nacionalista (diz ter profunda admiração por Torrijos e Allende). Sem dúvida é o candidato mais controvertido do pleito.

Presença cristã

Um dado é certo: o povo organizado (operários, camponeses, indígenas, mulheres etc) não tem força política própria e reparte seu apoio entre os partidos clássicos ou atomiza seus votos em respaldos individuais.

Um fenômeno novo nesta campanha foi a presença do mundo evangélico, através do Movimento Independente de Evangélicos, que apoiou uma candidatura publicamente. Esta é a primeira vez que os evangélicos buscam uma legitimação na política nacional, geralmente calcada na presença católica.

A campanha eleitoral teve também um forte apelo aos símbolos religiosos: canções, hinos, discursos com citações bíblicas, fotos ao lado do papa etc. O abuso foi tanto que a hierarquia católica resolveu fazer um apelo à moderação. Isto prova que o sentimento religioso é uma arma política poderosa e os cristãos começam novamente a ter peso político, seja na esquerda, seja na direita.

Anastasio Gallego é secretário-geral da Ação Social Ecumênica Latino-Americana (Asel), em Guayaquil (Equador).

PUBLICAÇÕES DO CEDI



IMAGENS DA LUTA — 1905/1985
271 páginas, Cz\$ 2.900,00

Retrata a história do movimento sindical e operário no Grande ABC paulista, especialmente em São Bernardo, através de fotos e textos explicativos. É uma obra para ser lida, vista e guardada como um dos principais documentos de nossa história.



TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84
199 páginas, Cz\$ 680,00

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período de 1982 a 1984. Traz também análises das conjunturas política, econômica e sindical.

Outras publicações:

- História dos Metalúrgicos de São Caetano
- CUT nas campanhas salariais de 1985

Faça seu pedido através de cheque nominal ao Cedi ou através de vale postal para a Agência de Correio Angélica — SP.

A nova encíclica de João Paulo 2º

Vinte anos depois, o atual papa retoma a linha social da *Populorum Progressio*, de Paulo 6º, e condena o crescente empobrecimento dos povos.

José Oscar Beozzo

A encíclica *Populorum Progressio* de Paulo 6º causou, em 1967, um profundo impacto. Apenas terminado o Concílio Vaticano 2º, acreditava-se que a Igreja Católica nada mais tinha a dizer, de novo, no campo social, sobretudo após a constituição pastoral *Gaudium et Spes* que tratava da Igreja no mundo contemporâneo. O Concílio, grande assembleia universal, havia entretanto, em suas linhas e preocupações fundamentais, refletido a real hegemonia alcançada pela teologia e pastoral da Europa Ocidental e, em particular, da Europa Central: Alemanha, Bélgica, Holanda e França em menor grau. Os Estados Unidos tiveram peso preponderante na discussão e elaboração da declaração sobre a liberdade religiosa, mas as angústias e inquietações da vasta humanidade presente no assim chamado Terceiro Mundo só, aqui e ali, afloraram na aula conciliar e nos documentos aprovados.

Paulo 6º, com sua encíclica, abordou a questão momentosa para os povos do Terceiro Mundo: a do seu desenvolvimento econômico e social. Alcançada a independência política, às vezes de maneira dramática e sangrenta como no Vietnã, na Argélia, na Indonésia, os países da Ásia, da África e do Caribe sentiram muito depressa os mecanismos do neocolonialismo econômico e agravamento das disparidades entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

A doutrina social da Igreja saía dos limites estreitos da "questão operária" da primei-

ra industrialização européia, para abraçar os horizontes da humanidade toda, a partir do grito que subia dos povos que sofriam fome e miséria. Algumas frases da *Populorum Progressio* pareceram exprimir a consciência mais generosa e lúcida da humanidade, naquele momento: necessidade de "desenvolvimento do homem todo e de todos os homens"; "desenvolvimento novo em nome da Paz".

Vinte anos depois, João Paulo 2º retoma o fio da encíclica de Paulo 6º, mas num contexto bastante mudado.

A *Populorum Progressio* viu a luz num período de mudanças dramáticas sim, mas marcadas pelo signo da esperança: desde o fim da 2ª. Guerra Mundial, a economia mundial, em particular a européia, a da América do Norte e do Japão, conhecia um *boom* econômico sem precedentes. A reconstrução da União Soviética e dos países do Leste Europeu, com uma forte expansão da indústria pesada, prosseguia acompanhada de certo degelo político sob Krushev. A China havia superado pelo menos a fome que a atormentava secularmente e mais de quarenta países haviam alcançado sua independência política. A industrialização e o desenvolvimento econômico, ainda que desequilibrados, pareciam esparramar-se, como uma mancha de óleo, por todo o mundo.

Paulo 6º conclamava os países ricos, principalmente, a retificarem os desequilíbrios, a colaborarem na superação das desigualda-

des, a se empenharem na redução das distâncias econômicas, sociais e tecnológicas.

A situação de hoje é inversa: o quadro econômico é de recessão. O desemprego na Europa e nos Estados Unidos é o mais alto desde a grande crise da década de 30; a economia soviética há cinco anos conhece um crescimento mais do que modesto se comparado ao das décadas precedentes; o Terceiro Mundo está mergulhado numa dívida de mais de 1 trilhão de dólares, com uma brutal transferência de recursos na contramão, ou seja, dos países pobres para os países ricos. Os mecanismos de ajuda ao desenvolvimento cessaram quase completamente e a palavra de ordem das economias ricas é o protecionismo, a retaliação econômica e o "salve-se quem puder".

É provável que a carta de João Paulo 2º, quase na contramão da história atual, não encontre o eco favorável da *Populorum Progressio* e seja recebida com má vontade pela mídia, pelas finanças internacionais e pelos governos dos países ricos. É quase voz clamando no deserto. Apelo às consciências de povos e governantes, para superar divergências e oposições político-ideológicas a fim de enfrentar solidariamente situação das mais graves e explosivas.

A carta *Sollicitudo Rei Socialis* (Sollicitude Social), além da introdução e da conclusão, compreende cinco outros pontos: dois mais descritivos, o relativo à *Populorum Progressio* e ao panorama do mundo contempo-

râneo; dois voltados mais para a reflexão acerca do desenvolvimento humano autêntico e de uma leitura teológica dos problemas modernos; e um último que sugere caminhos de ação para os católicos comprometendo-se a associar a Igreja Católica às iniciativas dos outros cristãos e crenças e às dos demais homens de boa vontade, no sentido de superar os atuais impasses.

Deixamos de lado a recapitulação que a nova encíclica faz da *Populorum Progressio*, para assinalar os pontos salientes do quadro atual.

Panorama mundial

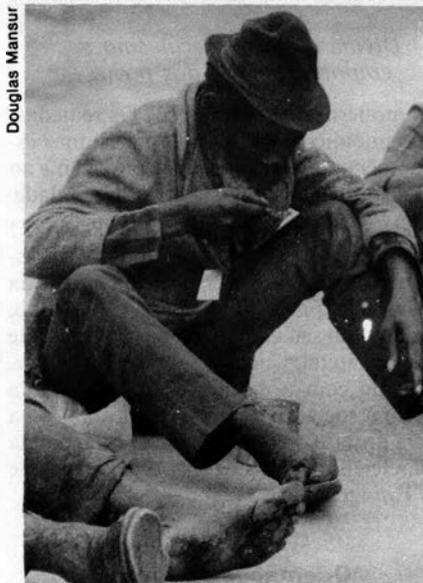
As esperanças de vinte anos atrás relativas ao desenvolvimento não se concretizaram e a impressão atual é prevalentemente negativa, bastando olhar "para a realidade de uma multidão inumerável de homens e de mulheres, crianças, adultos e anciãos, isto é, de pessoas humanas, concretas e irrepetíveis que sofrem sob o peso intolerável da miséria. O número daqueles que não têm esperança, pelo fato de que, em muitas regiões da terra, a sua situação se agravou sensivelmente, são milhões e milhões" (SRS n.º 13). Entre as verificações negativas, a encíclica enumera o alargamento do fosso entre o Norte desenvolvido e um Sul mergulhado em inadmissível atraso. Aos indicadores econômicos juntam-se privações sociais e culturais, quando não políticas: analfabetismo, racismo, partidos únicos, submissão dos cidadãos a aparatos burocráticos onipresentes. Volta a encíclica a denunciar a interdependência convertida em cruel dependência e os mecanismos geradores da desigualdade a nível internacional, manobrados pelos países ricos, mecanismos que "aumentam a riqueza dos ricos, mantendo perdurável a miséria dos pobres" (SRS n.º 16).

Enumera alguns sintomas específicos do subdesenvolvimento atual: crise de moradia, desemprego e subemprego, a dívida financeira do Terceiro Mundo, transformada em mecanismo de empobrecimento e de entrave ao desenvolvimento. Acresce: a ainda o entrave político da divisão atual em blocos contrapostos ideológica e militarmente, exercendo um poder de cunho imperial, em suas zonas de influência, e restando todo e qualquer impulso de cooperação solidária.

As palavras mais duras da encíclica são para esta política de blocos: "Quando o Ocidente dá a impressão de se abandonar a formas de isolamento crescente e egoísta, e o Oriente, por sua vez, parece ignorar, por motivos discutíveis, o seu dever de cooperação no empenho por aliviar a miséria dos povos, não nos encontramos apenas perante uma traição das expectativas legítimas da humanidade, premonitória de conseqüências imprevisíveis, mas perante uma defecção propriamente dita em relação a uma obrigação moral" (SRS n.º 23).

Conclui acrescentando outros entraves quais sejam os imensos recursos desviados para a produção de armas, o comércio cada vez mais indiscriminado destas mesmas armas, a corrida para a morte com acumulação de bombas nucleares; as conseqüências das guerras, estimuladas pelos blocos na periferia: milhões de refugiados, desespero, terrorismo. Critica ainda os que reduzem ao problema demográfico os impasses do Terceiro Mundo, impondo campanhas sistemáticas contra a natalidade e favorecendo formas veladas de eugenismo racista (SRS n.º 25).

Neste panorama fortemente negativo destacam alguns pontos positivos: a preocupação mais vivida com os direitos humanos, a nível individual, mas também de povos e nações; o respeito à vida e a preocupação por



Apelo à solidariedade diante da recessão mundial.

uma paz que brote da justiça e de uma distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento; o empenho de preservação da natureza e dos seus recursos; o avanço na agricultura permitindo a muitos países do Terceiro Mundo alcançarem certa auto-suficiência alimentar e uma renovada consciência ética a respeito dos grandes problemas humanos, que vão do desenvolvimento à paz.

Desenvolvimento humano

Mais do que Paulo 6.º, João Paulo 2.º busca detalhar o desenvolvimento humano autêntico, ferido e entravado tanto pela miséria quanto por um superdesenvolvimento que se degrada em consumismo e desperdício intoleráveis, face à privação das grandes minorias.

O *ter* exagerado e desvinculado de qualquer hierarquia de valores leva a que o *ter* de alguns redunde em detrimento do *ser* de muitos outros (SRS n.º 31).

O desenvolvimento ao lado de sua necessária dimensão econômica só é integral se estiver aberto ao desenvolvimento social, cultural e à dimensão transcendente do homem. Há na encíclica uma defesa reiterada e apaixonada, sem ser estreita, da abertura ao transcendente e da liberdade religiosa, negada pelos que reprimem a militância política e social a partir da fé, em particular na América Latina, e pelos que mantêm o anacronismo de Estados militantemente ateus.

Neste capítulo, a insistência recai sobre esta raiz ética e humana última de todo desenvolvimento a ser realizado no quadro de uma igualdade fundamental que preserve a liberdade e teça laços cada vez mais firmes de solidariedade humana, para além das diferenças de blocos, ideologias e convicções religiosas.

A conseqüência lógica é o apelo para que saíamos de esforços isolados de pessoas, nações, mas também religiões e igrejas. O Papa reafirma a vontade de colaborar com todos numa estrada de mão dupla: "Neste sentido, do mesmo modo que nós católicos convidamos os irmãos cristãos a participarem nas nossas iniciativas, assim também nos declaramos prontos a colaborar nas suas, acolhendo os convites que nos forem feitos" (SRS n.º 32), pois "a colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é efetivamente um dever de todos para com todos e, ao mesmo tempo, há de ser comum às quatro partes do mundo: Este e Oeste, Norte e Sul..." (SRS n.º 32).

João Paulo 2.º entra decididamente no tema, cortando pela raiz toda possível ambigüidade e definindo o estatuto da doutrina social da Igreja: "A doutrina social da Igreja não é uma 'terceira via' entre *capitalismo liberal* e *coletivismo marxista*, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma *categoria*. Não é tampouco uma *ideologia*, mas a *formulação acurada* dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é *interpretar* estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente, visa pois, *orientar* o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da *ideologia*, mas da *teologia* e especialmente da *teologia moral*. O ensino e a difusão de doutrinas sociais fazem parte da missão evangelizadora da Igreja" (SRS n.º 41. NB: todos os grifos são da própria encíclica.)

Fiel a esta nova orientação já desenhada na maneira de João 23 abordar os temas sociais na *Mater et Magistra* e na *Pacem in Terris*, no modo de o concílio elaborar a *Gaudium et Spes* e principalmente no feliz reencontro de Evangelho, teologia e compromissos

so social, alcançado em Medellín, na prática das comunidades cristãs de base da América Latina e do Terceiro Mundo, nos documentos dos episcopados, do Brasil em particular, João Paulo 2º traz a doutrina social da Igreja de volta para a esfera da teologia, com um capítulo fundamental da teologia moral. Por isto não hesita em tratar o atual problema do desenvolvimento sob as categorias próprias da teologia: pecado, conversão, graça, virtudes cristãs.

Problemas modernos

Este capítulo foge da orientação tradicional da doutrina social da Igreja iniciada por Leão 13, mantida sob Pio 11 e Pio 12 e bastante presente em Paulo 6º. Esta orientação, na tentativa de encontrar um terreno de compreensão comum e de elaborar uma ética aceitável por todos os homens, colocava-se propositalmente na esfera do assim chamado "direito natural", deixando na sombra a dimensão bíblica e propriamente teológica de toda mensagem cristã. Esta posição criou uma insanável ambigüidade na doutrina social da Igreja. Em certos momentos, ela se propunha a ser o eixo de uma nova forma de organização econômica, política e social cristãs e alimentou sonhos de neocristandades, suportadas por partidos democratas cristãos ou ainda, contrafações de catolicismo social nas malfadadas experiências corporativas do franquismo na Espanha, do salazarismo em Portugal, solidamente ancoradas na união da Igreja com o Estado.

Na condenação dos males, tanto do liberalismo econômico, quanto do coletivismo marxista, a doutrina social da Igreja parecia sustentar o projeto de uma terceira via, que, se não aparecia na linguagem oficial, era largamente alimentado pela literatura de divulgação e constituía convicção de amplos setores da hierarquia católica, sobretudo em regiões como do mundo latino onde a Igreja Católica é majoritária e possui inegável peso social e político.

Nos setores mais reacionários, a contraposição de cristianismo e marxismo e da doutrina social da Igreja ao socialismo, obscureciam as reais oposições e degradavam a doutrina social da Igreja a uma ideologia a mais, na áspere disputa das ideologias contemporâneas. O que se contrapõe ao marxismo não é a doutrina social da Igreja e sim o liberalismo; o que se contrapõe ao socialismo não é novamente a doutrina social da Igreja e sim o capitalismo.

O atual quadro não é apenas condenado pelas distorções econômicas que produz, pelos inauditos sofrimentos e privações que impõe aos pobres deste mundo, mas também porque tudo isto se opõe à vontade de Deus e é um pecado que clama aos céus, pela absolutização da avidez exclusiva e da sede de poder, presentes nos imperialismos contemporâneos. Eles são estigmatizados como for-



Douglas Mansur

Dívida externa: mecanismo de empobrecimento dos povos.

mas modernas de "idolatria". Os remédios são econômicos, políticos e sociais, mas está também presente o apelo à conversão e ao exercício da virtude cristã da solidariedade.

Na *Laborem Exercens*, João Paulo 2º cumpriu uma revolução profunda ao deslocar o eixo da doutrina social da Igreja da questão da propriedade para o trabalho, tirando-a do seu enfeudamento ao ponto de vista do capital. Cumpre agora revolução semelhante com a definição do estatuto da doutrina social da Igreja, recolocando-a na esfera própria do seu ensino que é a teologia e na referência última de suas orientações que é o Evangelho.

Orientações críticas

Surgem aqui algumas novidades em relação à *Populorum Progressio* que insiste na correção do intercâmbio desigual no comércio internacional como o principal mecanismo para diminuir as desigualdades entre os países. À reforma do sistema internacional de comércio a *Sollicitudo Rei Socialis* acrescenta a necessidade da reforma do sistema financeiro mundial, por causa dos injustos mecanismos da dívida; da mudança no intercâmbio de tecnologias, e a revisão na estrutura e funcionamento das organizações internacionais, instrumentalizadas pelos que detêm o poder, palco de competição entre os grandes e desviadas da prossecução do bem comum.

Assinalamos também algumas ênfases da nova encíclica:

1) A solidariedade torna-se um apelo central e urgente. João Paulo 2º relembra o lema de Pio 12, "Opus Justitiae, Pax" (A paz, obra da justiça), o mote de Paulo 6º, "Desenvolvimento, novo nome da paz", para propor "Paz, fruto da solidariedade".

2) O ecumenismo, o mais amplo possível, é o caminho necessário para superar as divi-

sões entre os homens, a política estreita dos blocos e para estabelecer uma cooperação confiante entre todos os homens.

3) O ponto de partida fundamental, nesta questão do desenvolvimento, é a situação dos pobres, pelos quais faz a Igreja uma opção preferencial, pois as decisões acerca do desenvolvimento devem abranger as "imensas multidões de famintos, mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor..." (SRS nº 42).

4) À perspectiva dos pobres junta-se a contrapartida necessária: o anseio pela libertação. O tema tão caro à teologia latino-americana é retomado sem maiores reservas: "Recentemente... difundiu-se uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento, que faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação" (SRS nº 46).

5) Libertação, solidariedade e desenvolvimento são entrelaçados como momentos de uma mesma e única prática: "A liberdade para a qual 'Cristo nos libertou' (Gl 5,1), estimula-nos a converter-nos em servos de todos. Assim o processo do desenvolvimento e da libertação concretiza-se na prática da solidariedade, ou seja, do amor e do serviço ao próximo, particularmente dos mais pobres..." (SRS nº 46). A título de curiosidade, assinalamos que os dois únicos santos apresentados como modelo do serviço aos irmãos e de solidariedade, saem da tradição latino-americana e polonesa: São Pedro Claver no serviço aos negros escravos em Cartagena, na Colômbia, e Maximiliano Kolbe, apresentando-se como voluntário no lugar de um pai de família no campo de extermínio nazista de Oswiecim-Auschwitz, durante a 2ª Guerra Mundial.

6) Pela primeira vez num documento pontifício e, de maneira sistemática, abandona-se a linguagem genérica, "Homem", aplicada tanto ao homem como à mulher, para incorporar os reclamos de consciência feminina, especificando-se cada vez, "homens e mulheres", "irmãos e irmãs". Que o avanço na linguagem possa traduzir-se em avanços reais na prática da Igreja neste domínio.

Não a título de crítica, mas de constatação, percebe-se a amplitude e profundidade da crise, quando se trata de apontar saídas e soluções. A encíclica não as aponta: ela é muito mais um apelo às reservas éticas e à consciência das pessoas, povos e governantes, para que se lancem numa busca incessante e desarmada, em nome da comum fraternidade e da urgente solidariedade, a fim de encontrar soluções para problemas aparentemente insolúveis.

José Oscar Beozzo, padre, é coordenador da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (Cehila-Brasil) e secretário-executivo do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep).

A memória dos marginalizados

Um estudo em João 9,1-41



Paulo Roberto Garcia

O texto de João 9,1-41, onde temos o relato da cura de um cego de nascença, remonta a uma prática de Jesus em uma circunstância concreta e dada. Não se pode estudar o texto desprezando os dados sócio-econômicos nele levantados. Esta é nossa porta de entrada para a compreensão do texto.

Um primeiro aspecto a ser levantado no texto é o econômico. Temos duas situações distintas: a do cego, que era um mendigo (v. 8) e a dos fariseus, que vinham de linhagem chamada pura (v. 13). Por isso, além de ser uma ação de Jesus em favor do ser humano, esta se inscreve em meio a um conflito econômico: o mendigo e o nobre.

Da constatação econômica levanta-se um segundo aspecto, que é a organização da sociedade em classes. Os fariseus se organizavam em uma classe de nobres com todos os direitos, enquanto o cego era um marginalizado nesta estrutura.

Diante disso, perguntamos: como pode uma doença marginalizar uma pessoa?

Qual a justificativa para isso? A essas perguntas se levantam mais dois aspectos a serem destacados: a) a estruturação em classes vai gerar uma distribuição e uma relação de poder entre os integrantes desta estrutura; b) esta estruturação irá exigir uma justificativa.

A distribuição de poder e suas relações é clara no texto. Os fariseus — membros do Sinédrio — são os detentores do poder e das decisões. Eles têm nas mãos as interpretações das Leis, o sistema jurídico e as alianças com o império dominador — o Império Romano —, e com isso têm garantido o direito do exercício do poder em favor próprio. Por outro lado, o mendigo é alguém que não tem poder, direitos, voz e vez. Ele não pode trabalhar, relacionar-se em família e na sociedade, não pode participar das atividades religiosas, ficando deste modo condenado à marginalidade do sistema e à mendicância. Essa injustiça é apoiada e justificada a partir da lei do “puro e do impuro”. A partir da pureza da descendência e do corpo, o judeu poderia se localizar nas classes sociais da sociedade israelita. Por isso, é que os disci-

pulos querem saber “quem pecou” ao verem a situação do cego.

Considerava-se que a doença, a pobreza e a ignorância eram frutos do pecado ou do homem ou de seus ascendentes. Deste modo, qualquer um nesta situação era privado do trabalho, da família e da participação na vida religiosa — e decisória — da Palestina. Um mendigo, mesmo que à porta do Templo, não causa incômodo, pois a sua situação social não decorre, segundo a crença popular, dos impostos extorsivos e da opressão da corte judaica e do Império Romano, mas sim de sua situação de pecado. O problema do mendigo não é visto como da estrutura da sociedade. Antes, ele é uma fatalidade da vontade e juízo divino.

A prática de Jesus

Jesus, com sua prática, vai exercer um papel conclusivo nesta situação. Primeiro, ele denuncia o conflito existente. A situa-

ção estava, às custas do poder e das falsas idéias, acomodada. Os fariseus, o mendigo e até mesmo os discípulos, acreditavam que ela existia por causa do pecado individual do doente. A isto, Jesus responde de maneira incisiva. O cego, é uma oportunidade para nele se manifestarem as obras de Deus, ou seja, a misericórdia, a solidariedade e o amor. Jesus denuncia que o pecado está realmente na estrutura que marginaliza e justifica a situação do cego.

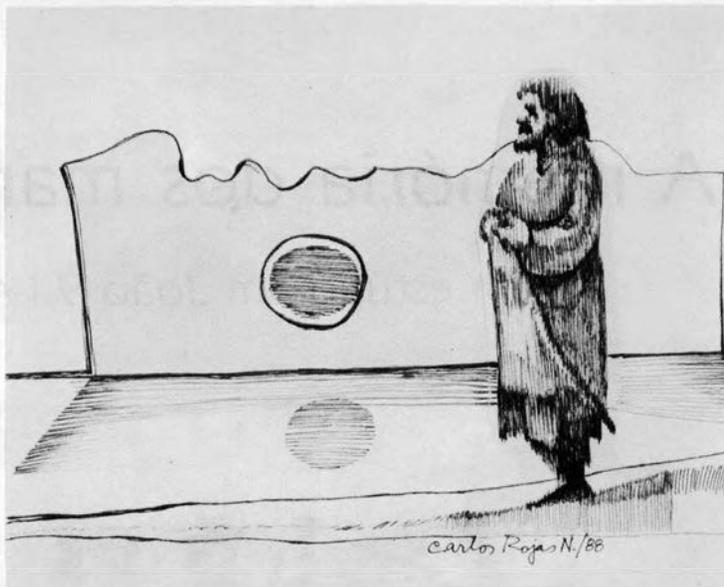
Jesus, desse modo, “desenfeitiça” a sociedade. A sociedade estava “enfeitiçada”, iludida, por teorias que negavam a própria essência de Deus — o amor — e justificavam a marginalização, a miséria, a divisão entre os “puros” e “impuros”, homens e mulheres...

Relato de controvérsia

Um outro aspecto fundamental é que o texto, no seu gênero literário, dos versículos 13 a 34, é um relato de controvérsia. O interessante é que a controvérsia não se dá entre Jesus e os fariseus, mas sim entre o cego — que fora curado — e os fariseus.

O cego, como mendigo, não tinha rosto, voz e vez, tanto que os fariseus até ficavam na dúvida se realmente ele era o cego. É necessário o testemunho dos pais para comprovar. Por outro lado, o cego, uma vez curado, era alguém que se colocava em confronto com os fariseus.

A mudança que ocorre na vida do cego, não apenas desestabiliza o sistema acomodado e a lei do “puro e do impuro”, como também recria a sua vida. Enquanto



os fariseus discutem o problema legal, sobre o curar no sábado, e conseqüentemente a origem de Jesus, o cego discute a questão prática: eu era cego e agora vejo.

Memória da comunidade

Dentro da função social do texto, um fator importante é a valorização que ele vai receber da comunidade que estará na base da redação do evangelho. A situação do cego/marginalizado e a função social da ação de Jesus, de trazer o discernimento e a luz aos cegos/marginalizados passa a ser memória da comunidade; uma comunidade que enfrentava a marginalização. O texto passa a ser memória dos marginalizados.

A cegueira física torna-se símbolo da cegueira que impede a homens e mulheres de enxergarem a estrutura que os marginaliza. A ação de Jesus em dar a vista/discernimento passa a ser a função dos cristãos diante dessa estrutura.

Hoje, ser cristão é procurar discernir as estruturas que marginalizam e oprimem, e desse modo, “desenfeitiçando” as estruturas, abrir possibilidades para que homens e mulheres possam conquistar seus espaços, seus direitos, sua dignidade de vida.

Paulo Roberto Garcia é pastor metodista em São Paulo (SP), professor na Faculdade de Teologia de Rudge Ramos e faz parte do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

tempo e presença

Questão
agraria

De que realmente
mudou?



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Tempo e Presença é um periódico mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Ficha de Assinante-Revista **TEMPO E PRESENÇA**

Assinatura anual: Cz\$ 700,00 Assinatura de apoio: Cz\$1000,00

América Latina: US\$ 80 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Data de Nasc: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 938 — 01238 — São Paulo — SP, ou envie vale postal para Ag. Correio 403911 — Sta. Cecília — SP.

Sem medo do futuro



Marco Antônio Piva

UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO?
— Os novos movimentos sociais na América do Sul

Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke (org.), Brasiliense, São Paulo, 1987, 297 pp., 14x21 cm.

O paradigma clássico de deixar para o futuro a realização dos sonhos que povoam nosso presente é seriamente questionado pela emergência de novos movimentos sociais na América Latina. A concepção estigmatizada e ortodoxa de organização política também rola ladeira abaixo com o ímpeto quase anarquista desses movimentos. Afinal, reivindicar autonomia, liberdade individual associada à liberdade coletiva, direito à diversidade, não constituem bandeiras típicas dos partidos tradicionais.

No cotidiano das pequenas lutas dos movimentos sociais surge uma nova cultura que se caracteriza por “formas microrrevolucionárias” de fazer política. E esta dimensão, fortemente enraizada na prática das experiências comunitárias, representa um salto de qualidade da luta popular mais ampla. Este é o elemento central que faz de *Uma Revolução no Cotidiano?* uma leitura obrigatória para quem se interessa, participa ou discute o universo cotidiano dos empobrecidos do continente.

A primeira parte do livro (uma coletânea que reúne nove artigos, alguns inéditos) é dedicada a uma interpretação do potencial transformador do cotidiano, presente nos movimentos sociais. A contribuição dos textos tem seu suporte na possibi-

lidade de comparar uma variedade de perspectivas analíticas sobre uma problemática comum emergente. É com “surpresa e admiração” que os pesquisadores formulam interrogações sobre as experiências de base, autogestão e desalienação. Nessa parte inicial (“A utopia dos novos movimentos sociais”), pode-se concordar com Eduardo Viola e Scott Mainwaring: “As manifestações desses movimentos no plano da cultura política apontam na direção da construção de uma democracia radical, já que rejeitam o elitismo, valorizam a solidariedade e preferem as relações pessoais e de cooperação”.

O segundo capítulo é ainda mais importante porque questiona os pressupostos de interpretação das Ciências Sociais frente à emergência dos novos movimentos, relacionando-a com a crise de racionalidade do sistema capitalista e dos Estados nacionais latino-americanos. Daí que o pluriclassismo, a ênfase na esfera cultural e nos direitos das minorias e a organização de base lançam o “germe de uma institucionalidade alternativa ao Estado”, ainda que as características dos novos movimentos sociais sejam pouco claras teoricamente, como adverte o sociólogo da Universidade da Costa Rica, Darfiel Camacho. Porém, ele mesmo se apressa em alertar para os vínculos que os movimentos emergentes apresentam com as lutas de classe pelo poder do Estado e pela libertação nacional contra o imperialismo, especialmente na América Central.

Os dilemas entre a continuidade com o passado, que cremos conhecer, e a construção de um novo futuro, carregado de incertezas, estão presentes na contribuição dos novos movimentos sociais, não só para a transformação das instituições, mas para auxiliar na mudança das formas de pensar e avaliar a política. Estes devem ser também nossos dilemas se queremos construir, de fato, uma nova sociedade.

Marco Antônio Piva é editor-assistente de *Tempo e Presença*. Autor de *Nicarágua — Um Povo e sua História* (Edições Paulinas).

PUBLICAÇÕES DO CEDI



EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL DE HOJE

Günther Barth
86 páginas, Cz\$ 300,00

Aborda o tema de evangelização à luz da Teologia da Libertação. Reflete sobre os desafios que se colocam para a Igreja numa realidade de miséria e opressão.



A EXPERIÊNCIA DA FÉ — VARIÇÕES SOBRE O HOMEM DA BÍBLIA

Júlio Barreiro
Série Meditações
172 páginas, Cz\$ 400,00

O autor passeia pelas páginas bíblicas suas reflexões de uma simplicidade encantadora sobre a figura humana daqueles que buscam o Reino de Deus e a sua justiça. São mais de setenta meditações com referências bíblicas.

Outros volumes que compõem a série Meditações:

- *Creio na ressurreição do corpo* — Rubem Alves
- *Poesia, profecia e magia* — Rubem Alves
- *Pão, vinho e amizade* — Julio de Santa Ana
- *Pai nosso* — Rubem Alves

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI ou vale postal para a Agência de Correio Angélica — SP.

HÉLIO PELLEGRINO

Fragmentos

VERDADE

Não é a verdade e sim a prática da verdade que liberta.

CULTURA

Falta fé, falta sentido, falta absoluto em nossa cultura. Por isso, falta esperança e sobra cólera.

DEUS

Não existe, para o ser humano, espiritualidade desencarnada, ou etérea. Se isto fosse possível, Deus teria salvo por decreto, e não mandaria seu Filho ao mundo para ser, entre nós, uma plena e esplêndida prática divina.

MORTE

O medo da morte corresponde ao temor de uma mudança catastrófica.

RESSURREIÇÃO

Só a ressurreição da carne me sustenta. É a que constitui a última utopia humana, o projeto essencial ao qual se referem — e no qual se alimentam — todos os projetos.

LUTA DE CLASSES

Se a luta de classes existe e aí está, declarada pelo regime capitalista e pelas estruturas perversas de dominação e opressão que impõe, não há outra maneira de fazer uma opção pelos pobres que não seja uma prática revolucionária no sentido de transformação da sociedade.

